

ASSOCIAÇÃO DE PATINAGEM DO PORTO



REGULAMENTO DE JUSTIÇA
E
DISCIPLINA

*** 2017 ***

ÍNDICE

TÍTULO I (PARTE GERAL)	6
CAPÍTULO ÚNICO (DISPOSIÇÕES E PRINCÍPIOS GERAIS)	6
ARTIGO 1º (Âmbito de aplicação)	6
ARTIGO 2º (Sujeição ao poder disciplinar)	6
ARTIGO 3º (Infração disciplinar)	6
ARTIGO 4º (Princípio da legalidade)	6
ARTIGO 5º (Princípio da igualdade, da proporcionalidade e da irretroatividade)	6
ARTIGO 6º (Competência disciplinar)	7
ARTIGO 7º (Ação disciplinar – espécies e início)	7
TÍTULO II (DA DISCIPLINA)	7
CAPÍTULO I (DAS PENAS DISCIPLINARES)	7
SECÇÃO I (ENUNCIÇÃO, EFEITOS E REGISTO)	7
ARTIGO 8º (Enunciação das penas)	7
ARTIGO 9º (Da advertência, da admoestação e da repreensão escrita)	8
ARTIGO 10º (Do pagamento de taxas e multas)	8
ARTIGO 11º (Determinação da multa)	9
ARTIGO 12º (Graduação da multa)	9
ARTIGO 13º (Outras circunstâncias)	9
ARTIGO 14º (Da suspensão de atividade ou de funções)	10
ARTIGO 15º (Suspensão temporária de praticantes desportivos, técnicos e dirigentes)	11
ARTIGO 16º (Da indemnização)	11
ARTIGO 17º (Da interdição temporária de campos ou de provas)	12
ARTIGO 18º (Da pena de vedação)	12
ARTIGO 19º (Da pena de derrota por falta de comparência)	12
ARTIGO 20º (Da pena de desclassificação)	13
ARTIGO 21º (Da pena de despromoção)	13
ARTIGO 22º (Da pena de destituição de cargo ou funções)	13
ARTIGO 23º (Da pena de obrigatoriedade de policiamento)	14
ARTIGO 24º (Do registo das penas)	14
SECÇÃO II (MEDIDA DE GRADUAÇÃO DAS PENAS)	14
ARTIGO 25º (Circunstâncias agravantes)	14
ARTIGO 26º (Circunstâncias atenuantes)	14
ARTIGO 27º (Da graduação das penas)	15
ARTIGO 28º (Redução extraordinária das penas)	15
ARTIGO 29º (Comparticipação)	15
ARTIGO 30º (Circunstâncias modificativas da responsabilidade)	15
ARTIGO 31º (Circunstâncias dirimentes da responsabilidade)	16
CAPÍTULO II (DAS INFRACÇÕES DISCIPLINARES)	16
SECÇÃO I (GRADUAÇÃO E CORRESPONDENTES SANÇÕES)	16
ARTIGO 32º (Infrações leves)	16
ARTIGO 33º (Infrações graves)	16
ARTIGO 34º (Infrações muito graves)	17
CAPÍTULO III (DA EXTINÇÃO DA RESPONSABILIDADE DISCIPLINAR, SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO OU CONDENAÇÃO CONDICIONADA)	17
ARTIGO 35º (Extinção da responsabilidade disciplinar)	17
ARTIGO 36º (Prescrição do procedimento disciplinar)	18
ARTIGO 37º (Prescrição das penas)	18

ARTIGO 38º (Revogação e comutação das penas)	18
ARTIGO 39º (Amnistia)	18
ARTIGO 40º (Suspensão da execução da pena ou condenação condicional)	19
TÍTULO III (DAS INFRACÇÕES)	19
CAPÍTULO I (DAS INFRACÇÕES EM ESPECIAL)	19
SECÇÃO ÚNICA (DISPOSIÇÕES GERAIS)	19
ARTIGO 41º (Âmbito da aplicação)	19
ARTIGO 42º (Acumulação de cartões)	19
CAPÍTULO II (DAS INFRACÇÕES COMUNS)	20
ARTIGO 43º (Suborno)	20
ARTIGO 44º (Do incumprimento do Estatuto, Regulamentos da APP e outra legislação desportiva)	20
ARTIGO 45º (Contra a APP ou os seus membros, árbitros, juízes e demais agentes desportivos da patinagem)	20
ARTIGO 46º (Das declarações e da comparência em processo disciplinar)	20
ARTIGO 47º (Da comparticipação)	21
ARTIGO 48º (Do recurso a tribunais comuns sem prévia autorização da APP)	21
CAPÍTULO III (DAS INFRACÇÕES ESPECÍFICAS)	22
SECÇÃO I (DOS PATINADORES)	22
ARTIGO 49º (Contra a equipa de arbitragem)	22
ARTIGO 50º (Contra delegados e outros intervenientes no jogo ou prova)	22
ARTIGO 51º (Contra outros patinadores)	23
ARTIGO 52º (Contra o público)	24
ARTIGO 53º (Outras infrações)	24
ARTIGO 54º (Da recusa de saída do retângulo de jogo)	24
ARTIGO 55º (Da participação em seleções distritais)	25
ARTIGO 56º (Ao serviço das seleções da APP)	25
SECÇÃO II (DOS CLUBES)	26
ARTIGO 57º (Da não participação)	26
ARTIGO 58º (Da desistência de provas)	26
ARTIGO 59º (Da utilização irregular de patinadores e demais representantes dos clubes)	27
ARTIGO 60º (Do atraso no início ou no reinício dos jogos)	28
ARTIGO 61º (Das faltas aos jogos ou provas)	28
ARTIGO 62º (Da apresentação da licença dos patinadores)	28
ARTIGO 63º (Das condições do recinto de jogo ou local da prova, do policiamento e dos equipamentos)	29
ARTIGO 64º (Do abandono de jogo e provas e do mau comportamento coletivo)	29
ARTIGO 65º (Da não realização ou não prosseguimento de jogo ou prova por agressão a árbitros ou juízes)	30
ARTIGO 66º (Da regularização de contas)	30
ARTIGO 67º (Da utilização de patinadores de outros clubes)	30
ARTIGO 68º (Da introdução, venda e consumo de bebidas alcoólicas ou de outras situações)	30
ARTIGO 69º (Dos jogos ou provas não autorizadas)	31
ARTIGO 70º (Dos jogos ou provas com clubes não filiados ou suspensos)	31
ARTIGO 71º (Do não acatamento de ordem de expulsão)	31
ARTIGO 72º (Da recusa de designação de capitão e de sub-capitão)	31
ARTIGO 73º (Da recusa de cedência de patinadores para as seleções da APP)	31
SECÇÃO III (DOS DIRIGENTES, TREINADORES, OUTROS REPRESENTANTES E EMPREGADOS DOS CLUBES)	32

ARTIGO 74º (Contra dirigentes)	32
ARTIGO 75º (Contra membros dos órgãos da APP e árbitros)	32
ARTIGO 76º (Contra patinadores e outros intervenientes em jogos ou provas)	33
SECÇÃO IV (DOS DELEGADOS DOS CLUBES)	33
ARTIGO 77º (Da inobservância de deveres específicos)	33
SECÇÃO V (DOS ESPECTADORES)	34
ARTIGO 78º (Distúrbios)	34
ARTIGO 79º (Indemnização aos elementos da equipa de arbitragem, patinadores, Clubes e outros)	35
TÍTULO IV (DO PROCEDIMENTO DISCIPLINAR)	36
CAPÍTULO I (DO CONSELHO DE JUSTIÇA)	36
ARTIGO 80º (Composição, atribuições, competências e funcionamento)	36
ARTIGO 81º (Acórdãos)	36
ARTIGO 82º (Recorribilidade dos acórdãos)	36
ARTIGO 83º (Sessões)	37
ARTIGO 84º (Regimento)	37
CAPÍTULO II (DOS PROTESTOS DOS JOGOS OU PROVAS, DOS PROCESSOS DE INQUÉRITO E DOS PROCESSOS DISCIPLINARES)	37
SECÇÃO I (REGRAS GERAIS)	37
ARTIGO 85º (Espécie de protestos)	37
ARTIGO 86º (Inquérito sumário)	37
ARTIGO 87º (Processo disciplinar)	37
ARTIGO 88º (Penas aplicáveis sem processo)	37
ARTIGO 89º (Exigência do processo disciplinar)	38
SECÇÃO II (DOS PROTESTOS)	38
ARTIGO 90º (Admissibilidade)	38
ARTIGO 91º (Legitimidade)	38
ARTIGO 92º (Fundamentos)	38
ARTIGO 93º (Formas e requisitos)	39
ARTIGO 94º (Confirmação ou ratificação)	39
ARTIGO 95º (Registo do correio)	39
ARTIGO 96º (Da taxa de protesto)	39
ARTIGO 97º (Não confirmação e multa)	39
ARTIGO 98º (Competência para julgamentos)	40
SECÇÃO III (PROCESSO DE INQUÉRITO SUMÁRIO)	40
ARTIGO 99º (Instauração)	40
ARTIGO 100º (Organização e diligências)	40
ARTIGO 101º (Conclusão)	40
SECÇÃO IV (PROCESSO DISCIPLINAR)	41
ARTIGO 102º (Processo)	41
ARTIGO 103º (Suspensão preventiva)	41
ARTIGO 104º (Conclusão e relatório)	42
CAPÍTULO IV (DA JUSTIFICAÇÃO DOS ACTOS, DA RECLAMAÇÃO E DOS RECURSOS) ..	42
SECÇÃO I (PRINCÍPIOS GERAIS)	42
ARTIGO 105º (Recursos e reclamações admissíveis)	42
ARTIGO 106º (Exclusão de recursos)	43
ARTIGO 107º (Efeitos)	43
ARTIGO 108º (Princípio da irrecorribilidade externa)	43
ARTIGO 109º (Irrecorribilidades específicas)	43

ARTIGO 110º (Irrecorribilidade externa geral)	43
ARTIGO 111º (Irrecorribilidade externa absoluta)	43
ARTIGO 112º (Penalidades)	43
SECÇÃO II (DA RECLAMAÇÃO E DOS RECURSOS EM ESPECIAL)	44
SUBSECÇÃO I (GENERALIDADES)	44
ARTIGO 113º (Princípio geral)	44
ARTIGO 114º (Fundamentos da impugnação)	44
ARTIGO 115º (Legitimidade)	44
ARTIGO 116 (Taxa)	44
SUBSECÇÃO II (DA RECLAMAÇÃO)	45
ARTIGO 117º (Da interposição e dos prazos da reclamação)	45
SUBSECÇÃO III (DO RECURSO)	45
ARTIGO 118º (Interposição e respetivo prazo)	45
ARTIGO 119º (Notificação dos contrainteressados e alegações)	45
ARTIGO 120º (Rejeição do recuso)	46
ARTIGO 121º (Da decisão e seu prazo)	46
TÍTULO ÚNICO (HIERARQUIA E LIMITES MATERIAIS)	46
ARTIGO 122º (Hierarquia das normas)	46
ARTIGO 123º (Entrada em vigor e revogação das normas)	46

TÍTULO I PARTE GERAL

CAPÍTULO ÚNICO DISPOSIÇÕES E PRINCÍPIOS GERAIS

ARTIGO 1º

(Âmbito de aplicação)

O presente regulamento tem aplicação aos membros ordinários da APP, membros dos órgãos sociais da APP, dirigentes desportivos, árbitros, agentes e praticantes desportivos e quaisquer colaboradores ou outras pessoas singulares ou coletivas regularmente subordinadas à APP, como entidade máxima, na área da sua jurisdição, na prática da modalidade da Patinagem.

ARTIGO 2º

(Sujeição ao poder disciplinar)

1. A aplicação deste regulamento às pessoas referidas no artigo 1º não prejudica a sua eventual responsabilização civil ou penal.
2. As pessoas singulares serão ainda punidas por faltas cometidas no exercício das suas funções ou atividades, ainda que as tenham deixado de exercer ou passem a exercer outras.

ARTIGO 3º

(Infração disciplinar)

1. É considerada infração disciplinar o facto voluntário ou meramente culposo, praticado pelas pessoas referidas no artigo 1º, que viole os deveres de correção ou ética desportivas, previstos e punidos neste Regulamento de Justiça e Disciplina, regulamentos específicos e demais legislação aplicável.
2. A infração disciplinar é punível por ação ou por omissão.
3. A negligência só é punida nos casos expressamente previstos neste regulamento.

ARTIGO 4º

(Princípio da legalidade)

1. Só pode ser punível disciplinarmente o facto descrito e declarado passível de pena, por disposição regulamentada anteriormente ao momento da sua prática.
2. Não é permitida a interpretação extensiva ou a analogia para qualificar o facto como infração disciplinar, sendo sempre necessário que se verifiquem os factos constitutivos da falta, estabelecidos nas disposições aplicáveis.

ARTIGO 5º

(Princípio da igualdade, da proporcionalidade e da irretroatividade)

O exercício da ação disciplinar é regido pelos princípios da igualdade, da proporcionalidade e da irretroatividade na aplicação das sanções.

ARTIGO 6º

(Competência disciplinar)

1. A Direção e o Conselho de Justiça são os órgãos da APP com competência para o exercício do poder disciplinar.
2. O poder disciplinar é exercido de acordo com a Lei, os Estatutos, o presente Regulamento e ainda os regulamentos específicos em vigor.

ARTIGO 7º

(Ação disciplinar - espécies e início)

1. A ação disciplinar é vinculada e/ou discricionária.
2. A ação de poder vinculado é aquela em que a uma determinada infração corresponda uma pena definida, com limite e graduação própria, fixados nas respetivas normas regulamentares.
3. A ação de poder discricionário é aquela que depende do critério de quem tem competência para a decisão, graduando a culpa e a medida da pena, ainda que subsumida aos limites e critérios regulamentares.
4. A ação disciplinar tem início com a retirada do cartão de filiado pelo árbitro ou juiz árbitro do jogo ou prova ou pela análise do relatório dos mesmos.

TÍTULO II DA DISCIPLINA

CAPÍTULO I DAS PENAS DISCIPLINARES

SECÇÃO I ENUNCIAÇÃO, EFEITOS E REGISTO

ARTIGO 8º

(Enunciação das penas)

1. As sanções aplicáveis aos autores das infrações previstas neste regulamento podem ser as seguintes:
 - a) - Advertência ou admoestação;
 - b) - Repreensão escrita;
 - c) - Multa;
 - d) - Suspensão de atividade ou funções;
 - e) - Indemnização;
 - f) - Derrota;
 - g) - Desclassificação;
 - h) - Baixa de divisão, *(caso se implemente o sistema de divisões)*;
 - i) - Destituição de cargo ou funções;
 - j) - Inibição de inscrição ou do exercício de atividades ou funções;
2. As multas aplicáveis aos Clubes por factos cometidos por espectadores são:
 - a) – Multa
 - b) – Derrota
 - c) – Interdição temporária de ringue
 - d) – Realização de jogos ou provas à porta fechada

3. Os Clubes podem ainda ser condenados no pagamento de uma indemnização pelos prejuízos causados.
4. Independentemente destas penas, serão sempre aplicáveis as sanções específicas das "**Regras da Competição**" que poderão levar à derrota dos praticantes, durante as provas.
5. O agente, no caso de incumprimento de obrigações pecuniárias regulamentares, ficará suspenso da prática desportiva até ao cumprimento da obrigação.

ARTIGO 9º

(Da advertência, da admoestação e da repreensão escrita)

1. As penas de advertência ou admoestação e repreensão escrita, consistem em meros reparos pelas irregularidades praticadas.
2. As penas de advertência ou admoestação e repreensão escrita serão aplicadas a infrações leves e terão tramitação especial.
3. Dentro da *área do espetáculo desportivo*, durante o jogo propriamente dito, ou no *recinto desportivo* - local destinado à prática do desporto onde este tenha lugar, confinado ou delimitado por muros, paredes, vedações, em regra com acesso controlado e condicionado - são consideradas, também, as faltas cometidas por qualquer um dos participantes num jogo ou prova de qualquer uma das disciplinas da patinagem.
 - a) - Os clubes são responsáveis pelo controlo e cumprimento destas sanções, ficando sujeitos ao que se encontra regulamentado sobre a utilização indevida de jogadores ou outro agente desportivo.

ARTIGO 10º

(Do pagamento de taxas e multas)

1. Todas as Taxas definidas nos regulamentos da APP, bem como as multas que sejam aplicadas pela Direção, têm de ser integralmente pagas e regularizadas – *dentro dos prazos que estiverem estabelecidos* – pelos clubes, atletas e outros agentes desportivos ao seu serviço, designadamente dirigentes, delegados, seccionistas, empregados e colaboradores.
2. O Clube responde solidariamente pelo pagamento de multa aplicada aos atletas e outros agentes desportivos ao seu serviço, devendo ser notificado para efetuar o respetivo pagamento.
3. No caso de incumprimento dos prazos estabelecidos para cumprimento da obrigação de pagamento da taxas e/ou multas, os Clubes infratores serão penalizados da seguinte forma:
 - a) - Suspensão de atividade em todas as categorias e escalões competitivos em que estiverem inscritos, ficando assim impedidos de participar nos jogos ou provas seguintes, até completa e integral regularização da dívida existente.
 - b) - No caso de – *em resultado direto ou indireto da suspensão referida* – serem averbadas ao clube infrator três faltas de comparência, isso determina a sua imediata exclusão das competições em questão.
 - c) - A exclusão dum clube, por força do disposto na **alínea b) do ponto 3. deste artigo**, determina a sua despromoção, na época seguinte, à divisão imediatamente inferior (caso se venha a implementar divisões).

4. A Direção poderá, ainda, suspender os direitos atribuídos pelo Estatuto da APP ao remisso, após as averiguações que julgar necessárias.

ARTIGO 11º

(Determinação da multa)

A aplicação de multa e a determinação da sua medida terão em conta a simples existência de ilícito disciplinar com culpa **leve**, **grave** ou **muito grave**, a verificação de distúrbios, o cometimento de violência e de lesões, as condições de segurança, a premeditação e a reincidência, a perturbação de jogos ou provas e o seu grau, bem como o próprio nível de competição em que sejam cometidas as infrações.

ARTIGO 12º

(Graduação da multa)

1. Na graduação das multas deverão ser levadas em consideração as circunstâncias do caso, nomeadamente, o grau de gravidade dos factos, a sua amplitude e incidência no jogo ou na prova, a conduta dos Clubes e dos seus representantes na motivação dos factos ou a sua diligência na contenção dos mesmos, as medidas de segurança acauteladas, bem como o montante dos danos causados.
2. No caso de reincidência e nas repetições de novos casos de idêntica ou superior gravidade as penas de multa serão por cada reincidência agravadas em 50% da pena aplicada na anterior punição.
3. Se as infrações previstas nos pontos anteriores ocorrerem em jogos ou provas de hóquei em patins e hóquei em linha dos escalões jovens ou de patinagem artística e patinagem de velocidade, as penas de multa a aplicar podem ser reduzidas até metade dos respetivos mínimos.
4. O valor da multa será determinado em relação ao salário mínimo nacional.
5. O clube responde solidariamente pelo pagamento de multa aplicada a agente desportivo ao seu serviço, devendo ser notificado para o respetivo pagamento.

ARTIGO 13º

(Outras circunstâncias)

Para efeitos da aplicação das penas de multa previstas nos termos do artigo anterior, é considerada a ocorrência dos factos no espaço temporal e físico seguinte:

- a) - **Espaço temporal:** de uma hora antes do início oficialmente previsto para o jogo ou prova até ao seu termo e subsequente saída das instalações desportivas, em devida segurança, dos árbitros, juizes, calculadores, cronometristas e comitivas desportivas intervenientes;
- b) - **Espaço físico:** as instalações desportivas, pista ou ringue, a respetiva zona envolvente, as bancadas destinadas ao público, camarotes, tribunas, corredores, balneários das equipas, árbitros e juizes, bem como os acessos, arruamentos e locais de estacionamento de viaturas próprias das instalações desportivas, os quais deverão ser devidamente vedados e protegidos.

ARTIGO 14º

(Da suspensão de atividade ou de funções)

1. A pena de suspensão consiste no afastamento completo do infrator das suas atividades ou funções durante o período da pena.
2. A pena de suspensão aplicada poderá ser computada em período de tempo ou em jogos ou provas oficiais, só contando, para o efeito da suspensão, um jogo ou prova por semana.
3. Em regra e considerando que seja aplicável em tempo de competição, a suspensão por um jogo ou prova corresponderá à pena de suspensão por uma semana, se definida em período de tempo.
4. A pena de suspensão deve ser notificada ao infrator, começando a ser cumprida 24 (vinte e quatro) horas após o término do jogo que lhe deu origem ou a partir da data constante da notificação ou na sua falta da data da própria notificação, resultante de sanções aplicadas no âmbito de processo disciplinar, **com exceção dos casos previstos no artigo 9º deste Regulamento.**
5. O cumprimento de sanções disciplinares por parte de atletas, treinadores e outros representantes das equipas, obedece aos seguintes princípios:
 - a) – Qualquer pena de suspensão da atividade desportiva – *seja por um período temporal, seja por um certo número de jogos* – que seja aplicada aos representantes das equipas é reportada sempre aos jogos ou provas da entidade organizadora que for responsável pela correspondente sanção disciplinar, ou seja:
 - i) - As sanções disciplinares decorrentes de jogos ou provas organizados pela APP são cumpridas em jogos ou provas organizadas pela APP.
 - b) – Na disciplina de **hóquei em patins**, a pena de suspensão por um determinado número de jogos é sempre contada em relação aos jogos realizados pelo clube representado na categoria e escalão que determinou a sanção disciplinar, embora o infrator não possa representar o clube em qualquer outra categoria e escalão, enquanto o castigo não for integralmente cumprido, tendo em consideração que – *para efeitos de contagem dos jogos de suspensão* – não é considerado:
 - i) - O jogo que determinou a sanção disciplinar;
 - ii) - Os jogos em que, indevidamente, o infrator tenha participado ou integrado, antes de cumprida a pena, independentemente da ação disciplinar a que fica sujeito;
 - c) - Contam para o cumprimento da pena de suspensão aplicada ao infrator de um Clube, os jogos ou provas em que seja averbada falta de comparecimento apenas ao Clube adversário.
 - d) - Os jogos não homologados contam para efeito de cumprimento da pena por parte dos atletas, não podendo, no entanto, os infratores que estavam impedidos de alinhar nesses jogos ou provas, alinhar nas repetições dos mesmos.
6. **Ressalvando o disposto nos pontos seguintes**, é autorizada a participação em jogos, provas ou torneios particulares – *desde que devidamente autorizados* – dos atletas que se encontrem suspensos em cumprimento de sanção disciplinar.

a) - A participação em jogos, provas ou torneios particulares não implica – *em caso algum* – o cumprimento de quaisquer sanções disciplinares que tenham sido aplicadas aos atletas a cumprir qualquer pena de suspensão.

b) - Se na eventualidade de, durante o cumprimento da pena, ao infrator vier a ser aplicada outra pena resultante da participação em quaisquer jogos, provas ou torneios particulares, isso implicará que, à pena que está a ser cumprida pelo referido infrator, seja acrescida o dobro da sanção que esteve na origem da primeira suspensão.

7. A pena de suspensão de atividade a nível associativo não impossibilita os atletas de participarem nas seleções da APP mas, - *no caso da mesma ter origem em infração disciplinar grave ou muito grave, em representação do seu clube* – a convocação só pode ser concretizada após deliberação favorável da direção da APP, sob proposta fundamentada e subscrita pelo respetivo selecionador e pelo diretor técnico da Associação.

ARTIGO 15º

(Suspensão temporária de praticantes desportivos, técnicos e dirigentes)

1. Os praticantes desportivos, técnicos e dirigentes são considerados suspensos temporariamente até resolução da Direção, sempre que sejam expulsos do recinto desportivo, por exibição de cartão vermelho em resultado de factos ocorridos dentro dos recintos desportivos, antes, durante o intervalo ou depois de findo o jogo ou prova e que determinem que o árbitro ou juiz os mencionem no respetivo boletim ou relatório, independentemente dos cartões serem retidos ou não.

2. Se a Direção não julgar suficientes os elementos constantes do boletim ou relatório do árbitro ou juiz que mencione um agente desportivo como expulso para qualificar e punir a falta, poderá manter a suspensão temporária até decisão final, notificando para tal efeito o agente e o Clube que representa ou a entidade a que está subordinado.

a) - A notificação a que se refere **o ponto anterior**, em caso de urgência, poderá ser feita por via telegráfica ou telecópia.

b) - A suspensão temporária não pode ser prolongada por mais de doze dias a contar da data da expulsão, se não for proferida decisão, salvo se estiver pendente processo.

3. A suspensão temporária, **nos termos dos pontos anteriores**, será sempre levada em conta na pena a aplicar.

4. Sempre que o delegado de um Clube, ou quem exercer essas funções, não quiser ou recusar assinar a ficha técnica ou tomar conhecimento dos cartões vermelhos, **previstos no ponto 1. deste artigo**, o árbitro fará constar esse facto no boletim, com imediata apreensão do cartão do praticante ou agente desportivo desse Clube, que foram expulsos ou considerados expulsos, remetendo-os à APP, ficando os mesmos suspensos até decisão da Direção.

ARTIGO 16º

(Da indemnização)

1. A pena de indemnização consiste no pagamento pelos Clubes ou agentes desportivos de uma quantia pecuniária e complementar de outras penas arbitradas de harmonia com os preceitos regulamentares.

2. O cumprimento da pena de indemnização fica sujeita ao regime das multas **previsto no artigo 11º deste Regulamento.**

ARTIGO 17º

(Da interdição temporária de campos ou de provas)

1. A interdição temporária do campo de jogo ou prova será computada em jogos ou provas oficiais e terá os seguintes efeitos:

a) - Impede o Clube castigado de disputar jogos ou provas organizadas pela APP no seu pavilhão ou considerado como tal, relativas às categorias em que a falta for cometida;

b) - Obriga o Clube castigado a disputar os jogos ou provas acima referidos em campo neutro a designar pela APP, nos termos da regulamentação e leis vigentes.

2. A pena de interdição temporária do campo de jogos ou provas de um Clube, que não seja totalmente cumprida dentro da época em que foi aplicada, sê-lo-á na época ou épocas seguintes.

3. Os jogos ou provas não homologadas ou ainda aqueles em que seja aplicada a falta de comparência apenas a Clube adversário, contam para efeitos de cumprimento de pena de interdição temporária de campo de jogos ou provas, por parte dos Clubes; mas, se forem mandados repetir, serão realizados em campo neutro a designar pela APP.

5. Poderá ser interditado, preventivamente, o pavilhão de um Clube ou considerado como tal, sempre que se verifiquem atos ou faltas que sejam considerados graves ou muito graves, praticados no complexo desportivo.

ARTIGO 18º

(Da pena de vedação)

1. A vedação dos pavilhões desportivos terá lugar nos casos expressamente previstos e sempre cumulativamente com a pena de interdição temporária.

2. A obrigatoriedade da execução da vedação é contada a partir da notificação para esse efeito.

3. A vedação obedecerá às condições regulamentadas nas Regras de Jogo.

ARTIGO 19º

(Da pena de derrota por falta de comparência)

1. Os Clubes que sejam punidos com derrota por “falta de comparência”, são objeto de sanções de natureza estritamente desportiva, bem como de sanções de natureza financeira, conforme está estabelecido nos pontos seguintes.

2. A derrota por “falta de comparência” determina, **em termos desportivos**, as seguintes punições:

a) - Nas **disciplinas de hóquei em patins e hóquei em linha**, a equipa do Clube infrator é punida com a atribuição de zero pontos e do resultado de zero/dez, a favor da equipa adversária, **sem prejuízo do disposto nas alíneas seguintes**:

i) - O averbamento de três faltas de comparência, seguidas ou interpoladas - *independentemente dos motivos que lhe deram lugar* - determina sempre para o Clube infrator a imediata exclusão das competições em questão.

b) - Nas disciplinas de **patinagem artística** e de **patinagem de velocidade**, o Clube infrator é punido com a desclassificação dos atletas infratores, implicando a perda dos resultados por estes obtidos e de que a respetiva equipa poderia beneficiar.

3. A derrota por “falta de comparência” determina, **em termos financeiros**, as seguintes punições para o Clube infrator:

a) - Uma multa de valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo nacional, se for a primeira infração deste tipo na época em questão.

b) - Se a pena de derrota por “falta de comparência” tiver sido determinada pela utilização irregular de um ou mais patinadores, a multa a pagar pelo clube infrator será a referida no ponto anterior mas relativamente a cada um dos patinadores que tiver sido utilizado irregularmente.

c) - Se houver reincidência das infrações referidas no **ponto 3. a) e b) deste artigo**, a multa a pagar pelo clube infrator será a previsto no **artigo 12º ponto 2.**

4. Nas disciplinas de **hóquei em patins e hóquei em linha**, o clube infrator é ainda responsável pelas seguintes indemnizações:

a) - **Relativamente à Associação** o pagamento das despesas (*prémios de jogo, deslocações e alimentação*) incorridas com a arbitragem e, se for esse o caso, com a delegacia técnica do jogo.

b) - **Relativamente ao adversário do jogo em questão**, o pagamento de prejuízos - *perda de receitas e/ou despesas diversas* – em que este tenha eventualmente incorrido, os quais terão de ser reclamados à Entidade Organizadora - *de forma fundamentada e apresentando os comprovantes ou justificações pertinentes* - nos oito dias subsequentes à data do jogo.

ARTIGO 20º

(Da pena de desclassificação)

1. A pena de desclassificação, nas **provas por pontos**, impede o clube infrator de prosseguir na prova perdendo, por consequência, todos os pontos correspondentes aos jogos ou provas que disputou, baixando ao último lugar da classificação; às equipas que com ele já tenham disputado jogos, são mantidos os resultados verificados em ringue e as restantes beneficiam do regime de falta de comparência.

2. O Clube a quem já não for possível aplicar a pena de desclassificação ficará igualmente suspenso da atividade na categoria em causa até ao final da época em questão.

ARTIGO 21º

(Da pena de despromoção)

A pena de despromoção tem como efeito - *na época seguinte* - a descida do Clube infrator à divisão competitiva imediatamente inferior (caso se venha a implementar divisões).

ARTIGO 22º

(Da pena de destituição de cargo ou funções)

Inabilita o infrator ao desempenho de qualquer cargo ou atividade pelo período que for definido em ação disciplinar vinculada e/ou discricionária e em processo disciplinar.

ARTIGO 23º

(Da pena de obrigatoriedade de policiamento)

1 - Há obrigatoriedade de policiamento dos jogos ou provas sempre que sobre elas recaiam sanções previstas nesta secção.

2 - Esta obrigatoriedade poderá ser dispensada nos escalões jovens sempre que a direção da APP assim o decidir.

ARTIGO 24º

(Do registo das penas)

Na APP tem de haver, para cada infrator, um registo especial de todas as penas que lhe forem aplicadas.

SECÇÃO II MEDIDA DE GRADUAÇÃO DAS PENAS

ARTIGO 25º

(Circunstâncias agravantes)

1. São circunstâncias agravantes de qualquer falta disciplinar, nomeadamente:

- a) - A qualidade de capitão de equipa;
- b) - A qualidade de dirigente desportivo;
- c) - A qualidade de treinador;
- d) - A provocação de lesões;
- e) - A premeditação;
- f) - O aproveitamento de circunstâncias exteriores favoráveis ao infrator;
- g) - O não acatamento imediato das decisões do árbitro;
- h) - A repercussão no público ou demais intervenientes no jogo ou prova do aspeto antidesportivo da falta;
- i) - Ter a infração dado origem a alterações de ordem pública;
- j) - Ter a falta sido cometida além-fronteiras;
- k) - O conluio do agente com outrem para a prática da infração;
- l) - Ter a falta sido cometida durante o cumprimento de uma sanção;
- m) - A reincidência, quando ainda não tiver decorrido um ano sobre o fim do cumprimento da pena anterior de igual ou diferente natureza;
- n) - A acumulação, quando duas ou mais faltas são cometidas simultânea ou imediatamente a seguir, sem a primeira ter sido punida;
- o) - Resultar da infração desprestígio para a APP, sendo a publicidade provocada pelo infrator.

2. A premeditação consiste na frieza de ânimo, reflexão sobre os meios empregues ou no protelamento da intenção da prática por mais de vinte e quatro horas.

ARTIGO 26º

(Circunstâncias atenuantes)

1. São circunstâncias atenuantes das faltas disciplinares, nomeadamente:

- a) - O bom comportamento, determinado por não ter o agente sofrido qualquer sanção durante a época desportiva precedente;

- b) - A confissão espontânea da infração;
 - c) - A prestação de serviços relevantes à modalidade ou do desporto português como praticante, árbitro, técnico ou dirigente;
 - d) - A provocação;
 - e) - O pronto acatamento da ordem dada por entidade competente;
 - f) - A menoridade;
 - g) - O cumprimento de ordens superiores;
 - h) - O arrependimento sincero;
 - i) - Ter representado oficialmente a APP ou o país sem ter sofrido qualquer sanção no período dessa representação.
2. Além destas poderão ser, excecionalmente consideradas, outras atenuantes quando a sua relevância o justifique.

ARTIGO 27º

(Da graduação das penas)

1. Quando se verificarem circunstâncias atenuantes ou agravantes os limites mínimos e máximos da pena poderão ser, respetivamente, reduzidos ou agravados até metade ou até ao dobro.
2. Concorrendo simultaneamente circunstâncias agravantes e atenuantes, a pena será agravada ou atenuada dentro dos limites da sua medida legal, conforme umas ou outras predominem.
3. A determinação da medida da pena, dentro dos limites estabelecidos no presente regulamento, é feita considerando a necessidade de prevenção de futuras infrações disciplinares.

ARTIGO 28º

(Redução extraordinária das penas)

Quando exista concurso de circunstâncias de especial relevância pode ser aplicada, excecionalmente, a pena de escalão inferior.

ARTIGO 29º

(Comparticipação)

1. É punível como autor quem executa o facto por si mesmo, ou por intermédio de outrem, ou toma parte direta na sua execução, por acordo e juntamente com outro ou outros, e, ainda, quem dolosamente determina outra pessoa à prática do facto, desde que haja execução ou começo de execução.
2. É cúmplice quem, dolosamente e por qualquer forma, presta auxílio material ou moral à prática por outrem de um facto doloso, sendo aplicável a disposição do número anterior.

ARTIGO 30º

(Circunstâncias modificativas da responsabilidade)

1. A tentativa e a frustração serão punidas com a pena aplicável à falta disciplinar correspondente, especialmente atenuada.
2. Existe tentativa quando o agente inicia a execução do facto que constitui a falta, mas não realiza todos os atos ou factos introdutórios necessários para o seu preenchimento, por causa ou evento que não seja a sua desistência voluntária.

3. Há frustração quando o faltoso pratica todos os atos necessários ao resultado pretendido, só não se dando este por causas estranhas à sua vontade.

ARTIGO 31º

(Circunstâncias dirimentes da responsabilidade)

São circunstâncias dirimentes da responsabilidade:

- a) - A coação;
- b) - A privação accidental e involuntária do exercício das faculdades mentais ou psíquicas no momento da prática da falta;
- c) - A legítima defesa, própria ou alheia;
- d) - A não exigibilidade de conduta diversa;
- e) - O exercício de um direito ou o cumprimento de um dever.

CAPÍTULO II DAS INFRAÇÕES DISCIPLINARES

SECÇÃO I GRADUAÇÃO E CORRESPONDENTES SANÇÕES

ARTIGO 32º

(Infrações leves)

1. As **faltas leves** são ligeiras incorreções de comportamento, violadoras da ética e correção desportivas, reveladoras de desrespeito ou desacordo para com o adversário, o público, árbitros, juizes, dirigentes ou outros, que de qualquer forma envolvam desprestígio ou impliquem menos correção na prática do jogo ou prova e, ainda, os comportamentos ou atos que violem, de forma não intencional, normas e regulamentos.
2. As faltas leves são puníveis com as penas previstas no **artigo 8º, ponto 1., alíneas a), b), alínea c)** com multa de 5% (cinco) a 20% (vinte) do salário mínimo nacional e **alínea d)** com suspensão de atividade até 30 (trinta) dias ou jogos ou provas correspondentes.
3. Também são consideradas faltas leves, aquelas praticadas por atletas contra outros atletas, consistindo estas: no atingir o adversário nas zonas protegidas sem intenção deliberada de agredir o seu adversário; ou em zonas não protegidas involuntariamente.

ARTIGO 33º

(Infrações graves)

1. As **faltas graves** são procedimentos ou atos que violem normas estatutárias e regulamentares, bem como os atos que consistam na prática ou promoção de indisciplina, e na inobservância de legais e legítimas determinações dos órgãos da APP, os atos ou factos desonrosos, os que revelem insubordinação, injúrias e ofensas à APP, aos Clubes filiados na APP e respetivos corpos gerentes, seus membros, agentes ou representantes, bem como os atos de indisciplina ou ações que ponham em perigo a integridade física de outrem.
2. As faltas graves são puníveis com as penas previstas no **artigo 8º, ponto 1., alíneas c) a j) e ponto 2, alíneas a) a d) e pontos 3.e 4.e** ainda multa de 1 (um)

a 20 (vinte) salários mínimos nacionais e ainda, suspensão de atividade de sete jogos a 3 anos.

3. Também são consideradas faltas graves, aquelas praticadas por atletas contra outros atletas, consistindo estas no atingir o adversário nas zonas não protegidas com intenção deliberada de agredir, devendo o árbitro mencionar no seu relatório se o atleta atingido continuou em jogo e o mais que entender por conveniente.

ARTIGO 34º

(Infrações muito graves)

1. São consideradas **faltas muito graves** as que envolvam atos de indisciplina violentos ou de que resulte violência ou danos graves, que ponham em perigo os interesses da patinagem e da APP, as ações violentas que ponham em sério perigo a integridade física de terceiros, falsas declarações em processos disciplinares com graves consequências para outrem, falsificação de documentos diretamente relacionados com a modalidade, aceitar, dar e promover quaisquer recompensas, visando falsear resultados ou obter para outrem vantagens ilícitas, bem como a prática de qualquer ilícito criminal no âmbito da atividade desportiva.

2. As faltas muito graves são puníveis com as penas previstas no **artigo 8º, ponto 1., alíneas c) a j), ponto 2., alíneas a) a d), pontos 3 e 4.,** e ainda multa de 4 (quatro) a 60 (sessenta) salários mínimos nacionais e ainda, suspensão de atividade de três a vinte anos.

3. Também são consideradas faltas muito graves, aquelas praticadas por atletas contra outros atletas, consistindo estas: no atingir o adversário na zona da cabeça; ou atingir o adversário de forma para que tenha de ser socorrido pela equipa médica e que fique impedido de continuar a jogar; ou agressão que provoque derramamento de sangue; ou que o atleta tenha que ser hospitalizado.

CAPÍTULO III DA EXTINÇÃO DA RESPONSABILIDADE DISCIPLINAR, SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO OU CONDENAÇÃO CONDICIONADA

ARTIGO 35º

(Extinção da responsabilidade disciplinar)

A responsabilidade disciplinar é considerada extinta:

- a) - Pelo cumprimento da pena;
- b) - Pela prescrição do procedimento disciplinar;
- c) - Pela prescrição da pena;
- d) - Pela morte do infrator, extinção da Associação ou dos Clubes;
- e) - Pela renovação ou comutação da pena;
- f) - Pela amnistia.

ARTIGO 36º

(Prescrição do procedimento disciplinar)

1. O direito de instaurar procedimento disciplinar prescreve passados dois meses, em relação às faltas leves, e em dois anos relativamente às restantes faltas, a contar da data em que foram cometidas.
2. Prescreverá igualmente se, conhecida a falta pelo órgão competente para instaurar o procedimento disciplinar, este não o iniciar no prazo de dois meses.
3. Se o facto qualificado de infração disciplinar for também considerado infração penal e os prazos de prescrição do procedimento criminal forem superiores a dois anos, é aplicado ao procedimento disciplinar os prazos estabelecidos na lei penal.
4. Se antes do decurso do **prazo referido no ponto um deste artigo** alguns atos instrutórios, com efetiva incidência na marcha do processo, tiverem lugar a respeito da infração, a prescrição é contada desde o dia em que tiver sido praticado o último ato.
5. Quarenta e oito horas após a realização de um jogo ou prova, salvo se houver protesto, o seu resultado é, tacitamente, considerado homologado, pelo que, quer os protestos sobre qualificação de patinadores, quer as denúncias de infrações disciplinares admitidos e feitos depois daquele prazo, não têm quaisquer consequências relativamente a esse jogo ou prova e na Tabela Classificativa, ficando os infratores unicamente sujeitos às penas disciplinares previstas e aplicáveis para os ilícitos que vierem a ser provados.

ARTIGO 37º

(Prescrição das penas)

As penas disciplinares prescrevem nos prazos seguintes, contados da data em que a decisão se tornar irrecorrível:

- a) - Seis meses para as penas de admoestação e repreensão escrita;
- b) - Dois anos para as penas de multa e de suspensão;
- c) - Três anos para as penas de demissão.
- d) - Cinco anos para as restantes infrações.

ARTIGO 38º

(Revogação e comutação das penas)

A pena de suspensão poderá ser revogada ou comutada a requerimento do interessado, após um ano do início do cumprimento da pena.

ARTIGO 39º

(Amnistia)

1. A amnistia extingue o procedimento disciplinar e, no caso de já ter havido condenação, faz cessar a execução tanto da pena principal como das penas acessórias.
2. A amnistia não determina o cancelamento do registo da pena e não destrói os efeitos já produzidos pela aplicação da mesma.
3. No caso do concurso de infrações, a amnistia é aplicável a cada uma das infrações a que foi concedida.
4. A amnistia, porém, não extingue a responsabilidade civil, embora para todos os efeitos deste regulamento seja considerada sanção disciplinar.

5. O órgão competente para decidir é a Assembleia-geral sob proposta da Direção ou do Conselho de Justiça.

6. A amnistia, decretada pelo Órgão da República competente, será aplicada ao caso concreto, após requerimento do interessado, dirigido à Direção e, em recurso, ao Conselho de Justiça.

ARTIGO 40º

(Suspensão da execução da pena ou condenação condicional)

1. A Direção pode suspender a totalidade ou parte da execução da pena, com ou sem multa, bem como a pena de multa imposta, atendendo às condições do agente, à sua conduta anterior e posterior, ao facto punível, e ainda levando em consideração as necessidades de reprobção e prevenção do ilícito disciplinar.

2. A decisão condenatória especifica sempre os fundamentos da sua suspensão e dos respetivos prazos.

3. Se durante o período de suspensão da pena não for cumprido qualquer dos deveres impostos na decisão, ou forem infringidos novamente os regulamentos, haverá lugar a uma execução imediata da pena.

TÍTULO III DAS INFRACÇÕES

CAPÍTULO I DAS INFRACÇÕES EM ESPECIAL

SECÇÃO ÚNICA DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 41º

(Âmbito de aplicação)

O presente título é aplicado, com as necessárias adaptações, a todas as disciplinas da patinagem.

ARTIGO 42º

(Acumulação de cartões)

A prática das faltas que importe a acumulação de cartões é punível com as penas previstas no **artigo 32º ponto 2.**atendendo às circunstâncias descritas nos **artigos 25º e 26º do presente regulamento.**

CAPÍTULO II DAS INFRAÇÕES COMUNS

ARTIGO 43º

(Suborno)

1. Quem, por qualquer modo, contribuir para que um jogo ou prova de natureza dos previstos neste regulamento, decorra em condições anormais e com consequências no seu resultado, será punido da seguinte forma:

a) - Se **patinador ou árbitro**, com pena de suspensão de 6 (seis) a 15 (quinze) anos;

b) - Se **Clube**, com a pena de multa de 2 (dois) a 60 (sessenta) salários mínimos nacionais;

2. - Os **Clubes** são considerados responsáveis, nos termos dos pontos anteriores pelos factos cometidos, direta ou indiretamente, por qualquer dos membros dos seus corpos gerentes, sócios, funcionários e colaboradores.

3. Os mesmos factos na forma de tentativa serão punidos com a pena reduzida a metade.

ARTIGO 44º

(Do incumprimento do Estatuto, Regulamentos da APP e outra legislação desportiva)

Fora dos casos expressamente previstos neste Título, a infração das restantes disposições deste Regulamento ou do Estatuto da APP, será punida com a pena de multa de 40% (quarenta por cento) a 2 (dois) salários mínimos nacionais.

ARTIGO 45º

(Contra a APP ou os seus membros)

1. Aquele que desrespeitar ou usar expressões, desenhos, escritos ou gestos injuriosos, difamatórios ou grosseiros para com a APP, tentar ou agredir os seus membros, será punido nos termos seguintes:

a) - Se **patinador, técnico ou dirigente**, com a pena de suspensão de atividade de 1 (um) a 6 (seis) meses, agravada para a pena de suspensão de 5 (cinco) meses a 5 (cinco) anos, caso haja ameaça de agressão e para 10 (dez) meses a 10 (dez) anos caso haja agressão propriamente dita;

b) - **Se Clube**, com a pena de multa de 40% (quarenta por cento) a 1 (um) salário mínimo nacional.

c) - Em caso de reincidência as penas previstas nas alíneas a) e b) deste artigo poderão ser agravadas até ao dobro.

2. Os Clubes são considerados responsáveis, nos termos do ponto anterior, pelos factos cometidos, direta ou indiretamente, quer por qualquer dos membros dos seus corpos gerentes quer através da sua imprensa privada.

ARTIGO 46º

(Das declarações e da comparência em processo disciplinar)

1. Aquele que notificado, injustificadamente não comparecer para depor ou prestar declarações em processo instaurado pela APP, faltar à verdade ou não der acatamento às determinações de qualquer órgão da APP, recorrer a meios

fraudulentos de resposta, esclarecimentos ou informações à APP, quer por sua iniciativa, quer solicitada, será punido da seguinte forma:

a) - Se **patinador**, com a pena de suspensão de atividade por 4 (quatro) jogos;
b) - Se **membro dos órgãos da APP, de corpos gerentes dos Clubes ou das comissões eventuais regularmente constituídas, dirigente, treinador, preparador físico, secretário técnico, médico, massagista, auxiliar técnico e empregados dos Clubes**, com a pena de suspensão de atividade por 1 (um) a 3 (três) meses e multa de 10% a 20% (dez a vinte por cento) do salário mínimo nacional;

2. Aquele que, em processo disciplinar onde não seja arguido prestar falsas declarações, utilizar documentos falsos, proceder com simulação ou atuar em fraude ao estabelecido na legislação desportiva, incorrerá nas seguintes penalidades:

a) - Se **patinador**, com a pena de suspensão de 4 (quatro) a 8 (oito) meses;
b) - Se **membro dos órgãos da APP, de corpos gerentes dos Clubes ou das comissões eventuais regularmente constituídas, dirigente, treinador, preparador físico, secretário técnico, médico, massagista, auxiliar técnico e empregados dos Clubes**, com a pena de suspensão de atividade por 6 (seis) meses a 2 (dois) anos e multa de 10% (dez por cento) a 1 (um) salário mínimo nacional.

3. O prazo para justificação da falta é de cinco dias úteis.

ARTIGO 47º

(Da participação)

1. Aquele que incitar ou de qualquer modo contribuir diretamente para que outros cometam as infrações previstas neste título, é punido da seguinte forma:

a) - Se **patinador ou árbitro**, com a mesma pena aplicada ao infrator;
b) - Se **membro dos órgãos da APP, corpos gerentes dos Clubes ou das comissões eventuais regularmente constituídas**, com a pena de multa de 20% (vinte por cento) a 2 (dois) salários mínimos nacionais.

2. Se os incitamentos forem seguidos de graves perturbações da ordem ou provocarem desrespeito pela hierarquia desportiva e dos seus dirigentes, serão os seus autores punidos da seguinte forma:

a) - Se **patinador**, com a pena de suspensão de atividade de 1 (um) a 3 (três) meses de ou de 3 (três) meses a 3 (três) anos caso haja motim ou grave desacato público;

b) - Se **membro dos órgãos da APP, de corpos gerentes dos Clubes ou das comissões eventuais regularmente constituídas**, com a pena de suspensão de 6 (seis) meses a 3 (três) anos e multa de 40% (quarenta por cento) a 4 (quatro) salários mínimos nacionais.

ARTIGO 48º

(Do recurso a tribunais comuns sem prévia autorização da APP)

REVOGADO

CAPÍTULO III DAS INFRAÇÕES ESPECÍFICAS

SECÇÃO I DOS PATINADORES

ARTIGO 49º

(Contra a equipa de arbitragem)

As faltas dos patinadores e agentes desportivos cometidas contra a equipa de arbitragem são punidas da seguinte forma:

1. FALTAS LEVES

a) - Protesto, atitude incorreta ou outra falta leve: punida em conformidade com o disposto neste regulamento no **artigo 8º alíneas a), b) e d)** com suspensão de atividade por 1 (um) a 2 (dois) jogos ou provas;

b) - Uso de expressões, entrevistas, desenhos, gestos, de carácter injurioso, difamatório ou grosseiro: suspensão de atividade por 2 (dois) a 4 (quatro) jogos ou provas;

c) - Uso de expressões ou gestos ameaçadores ou reveladores de indignidade: suspensão de atividade por 2 (dois) a 6 (seis) jogos ou provas;

2. FALTAS GRAVES

a) - O não acatamento das decisões: suspensão de atividade por 2 (dois) a 6 (seis) jogos ou provas;

3. FALTAS MUITO GRAVES

a) - Proferir ameaça, insultos, palavras injuriosas ou efetuar gestos obscenos: suspensão de atividade por 30 (trinta) dias a 1 (um) ano;

b) - Tentativa de agressão: suspensão de atividade por 1 (um) a 3 (três) anos;

c) - Agressão sem consequências físicas ou em circunstâncias reveladoras de indignidade para a prática desportiva: suspensão de atividade por 1 (um) a 6 (seis) anos;

d) - Agressão com consequências físicas ou em circunstâncias reveladoras de indignidade para a prática desportiva: suspensão de atividade de 3 (três) a (dez) anos.

ARTIGO 50º

(Contra delegados e outros intervenientes no jogo ou prova)

1. As faltas dos patinadores contra delegados do jogo ou prova, treinadores, preparadores físicos, secretários técnicos, médicos, seccionistas, massagistas, auxiliares técnicos, empregados e demais intervenientes no espetáculo desportivo com direito a acesso ou permanência na zona do ringue destinada aos jogos, são punidos da seguinte forma:

a) - Protesto, comportamento incorreto ou outra falta leve: punida em conformidade com o disposto no **artigo 8º deste Regulamento, alíneas a), b) e alínea d)** com suspensão de atividade por 1 (um) a 2 (dois) jogos ou provas;

b) - Uso de expressões, entrevistas, desenhos, gestos, de carácter injurioso, difamatório ou grosseiro: suspensão de atividade por 2 (dois) a 4 (quatro) jogos ou provas;

- c) - Uso de expressões ou gestos ameaçadores ou que traduzam tentativa de agressão ou reveladores de indignidade: suspensão de atividade por 4 (quatro) a 12 (doze) jogos ou provas;
- d) - Agressão sem consequências físicas: suspensão de atividade por 1 (um) a 2 (dois) anos;
- e) - Agressão com consequências físicas graves: suspensão de atividade por 1 (um) a 4 (quatro) anos.
- f) - Resposta à agressão: suspensão de atividade até metade da pena prevista para as alíneas **d)**, **e)** deste artigo;

ARTIGO 51º

(Contra outros patinadores)

1. As faltas praticadas contra outros patinadores são punidas nos seguintes termos:

a) - **FALTAS LEVES**

i) - Protesto, comportamento incorreto, jogo perigoso ou outra falta leve: punida em conformidade com o disposto no **artigo 8º deste Regulamento alíneas a), b) e alínea d)** com suspensão de atividade por 1 (um) a 2 (dois) jogos ou provas;

ii) - Uso de expressões, entrevistas, desenhos, gestos, com carácter injurioso, difamatório, grosseiro ou reveladores de indignidade: suspensão de atividade por 2 (dois) a 4 (quatro) jogos ou provas;

b) - **FALTAS GRAVES**

i) - Prática de jogo violento, uso de expressões ou gestos ameaçadores ou que traduzam tentativa de agressão: suspensão de atividade por 3 (três) a 5 (cinco) jogos ou provas;

ii) - Agressão sem consequências físicas: suspensão de atividade por 4 (quatro) a 6 (seis) jogos ou provas de suspensão;

iii) - Agressão recíproca sem consequências físicas: suspensão de atividade por 5 (cinco) a 7 (sete) jogos ou provas;

iv) - Resposta à agressão sem consequências físicas: suspensão de atividade até metade da pena prevista nas alíneas b) e ii) deste artigo;

c) - **FALTAS MUITO GRAVES**

i) - Agressão com consequências físicas: suspensão de atividade por 4 (quatro) a 12 (doze) jogos ou provas;

ii) - Agressão recíproca com consequências físicas: suspensão de atividade por 4 (quatro) a 12 (doze) jogos ou provas;

iii) - Resposta à agressão com consequências físicas: suspensão de atividade até metade da pena prevista na alínea c) e i) deste artigo;

2. Quando o patinador lesionar outro intencionalmente por meio de agressão, a suspensão poderá ser mantida até que o lesionado retome ou esteja em condições de retomar a sua atividade desportiva.

3. A intenção do agente e o tempo de duração da incapacidade do lesionado, serão averiguados em processo disciplinar, devendo os exames para verificação do período de incapacidade serem feitos por entidades médicas oficiais.

4. O processo, na parte respeitante ao apuramento da intenção do agente deverá ser concluído no prazo de trinta dias a contar da data da agressão.

5. A decisão do Conselho de Disciplina que julgue ter sido a lesão provocada intencionalmente, determinará, se necessário, o prosseguimento do processo para apuramento do período de incapacidade.

ARTIGO 52º
(Contra o público)

1. As faltas cometidas pelos patinadores contra o público são punidas nos seguintes termos:

a) - Comportamento incorreto: suspensão de atividade por 1 (um) a 2 (dois) jogos ou provas;

b) - Uso de expressões, entrevistas, desenhos, gestos, de carácter injurioso, difamatório ou grosseiro: suspensão de atividade por 2 (dois) a 4 (quatro) jogos ou provas;

c) - Uso de expressões ou gestos ameaçadores ou que traduzam tentativa de agressão e resposta à tentativa de agressão: suspensão de atividade por 4 (quatro) a 8 (oito) jogos ou provas;

d) - Agressão: suspensão de atividade por 6 (seis) a 12 (doze) jogos ou provas;

e) - Agressões recíprocas: suspensão de atividade por 4 (quatro) a 10 (dez) jogos ou provas.

f) - Resposta à agressão: suspensão de atividade até metade da pena prevista na alínea d) deste artigo.

ARTIGO 53º
(Outras infrações)

1. O patinador que alinhar, em provas organizadas pela APP, nas **condições referidas no artigo 59º deste Regulamento** é punido da seguinte forma:

a) - **Quando patinador não inscrito ou indevidamente inscrito**, com suspensão de atividade por 1 (um) a 12 (doze) meses, a partir da data da infração;

b) - **Quando patinador suspenso**, com a pena de 3 (três) meses a 1 (um) ano de suspensão.

2. O patinador que alinhar nas condições referidas no **artigo 67º deste Regulamento** será punido por 30 (trinta) dias a partir da data da infração.

3. Em caso de reincidência as penas previstas nas alíneas a) e b) do ponto 1. e 2. deste artigo serão agravados até ao dobro.

ARTIGO 54º
(Da recusa de saída do retângulo de jogo)

1. O atleta que, apesar da intervenção do capitão de equipa e do delegado do Clube, pedida pelo árbitro - se recusar a abandonar o ringue após ter sido expulso, dando causa a que o árbitro dê o jogo ou prova por terminado antes do termo regulamentar, será punido com pena de 6 (seis) meses a 1 (um) ano de suspensão de atividade.

ARTIGO 55º

(Da participação em seleções distritais)

1. Os atletas estão vinculados a aceitar, sem quaisquer reservas, as convocatórias da APP, visando a sua participação nos trabalhos de observação, preparação e competição das seleções distritais da patinagem, pelo que quaisquer pedidos de dispensa terão de obedecer às disposições **do Regulamento das Seleções da APP**.

2. Se um atleta, na sequência da participação efetuada à Direção da APP, vier a ser considerado como faltoso a qualquer das atividades das seleções da APP, será sancionado da seguinte forma:

a) – **30** (trinta) dias, no mínimo, de suspensão de toda a atividade desportiva, no caso de se tratar da primeira infração na época em questão.

b) – **60** (sessenta) dias, no mínimo, de suspensão de toda a atividade desportiva, no caso de haver reincidência na mesma infração na época em questão.

3. Se a Direção considerar que qualquer um dos seus dirigentes deve ser responsabilizado por ter consentido ou contribuído que um seu atleta fosse considerado como faltoso a qualquer das atividades das seleções da APP, será sancionado conforme o estipulado no artigo 72º deste regulamento.

ARTIGO 56º

(Ao serviço das seleções da APP)

1. Compete ao Chefe de Comitativa de cada Seleção da Associação reportar ao Presidente da mesma as ocorrências graves ou delicadas, designadamente, as que possam afetar o bom nome e imagem da APP ou o normal funcionamento das atividades da seleção distrital, envolvendo ou não ação disciplinar.

2. Quando forem reportadas infrações graves ou muito graves, os eventuais infratores podem ser notificados da sua imediata suspensão preventiva, até posterior resolução da Direção.

a) - A suspensão preventiva dos infratores cessará automaticamente se, decorridos 20 (vinte) dias a contar da data da sua notificação, não for proferida uma decisão definitiva.

3. Os patinadores que, ao serviço das seleções da APP, desrespeitem o respetivo Regulamento das Seleções, praticando atos atentatórios da disciplina ou incitando à indisciplina, prejudicando o bom nome e a imagem da APP ou do País, serão punidos pela Direção da seguinte forma:

a) - Repreensão registada;

b) - Suspensão de toda a atividade desportiva, por um mínimo de 1 (um) mês e um máximo de 12 (doze) meses;

c) - Suspensão circunscrita a futuras representações da seleção da APP, por um mínimo de 1 (um) ano e um máximo de 2 (dois) anos.

SECÇÃO II DOS CLUBES

ARTIGO 57º

(Da não participação)

Os Clubes que comunicarem à APP, no período que medeia entre a data do sorteio e o início da competição, a sua não participação nas provas oficiais para que se haviam inscrito, são punidos da seguinte forma:

1. MASCULINOS

a) - CAMPEONATO DISTRITAL DE SENIORES

- i) - Suspensão de toda atividade na categoria, na época em questão;
- ii) - Multa de valor correspondente ao dobro da taxa de inscrição na prova.

b) - CAMPEONATO DISTRITAL DE SUB-20

- i) - Suspensão de toda atividade na categoria, na época em questão;
- ii) - Multa de valor correspondente ao dobro da taxa de inscrição na prova.

c) - CAMPEONATO DISTRITAL DE SUB17

- i) - Suspensão de toda atividade na categoria, na época em questão;
- ii) - Multa de valor correspondente ao dobro da taxa de inscrição na prova.

d) - CAMPEONATO DISTRITAL DE SUB15

- i) - Suspensão de toda atividade na categoria, na época em questão;
- ii) - Multa de valor correspondente ao dobro da taxa de inscrição na prova.

e) - CAMPEONATO DISTRITAL DE SUB-13

- i) - Suspensão de toda atividade na categoria, na época em questão;
- ii) - Multa de valor correspondente ao dobro da taxa de inscrição na prova.

f) - TORNEIO DE ENCERRAMENTO OU TORNEIO DE ABERTURA

- i) - Multa de valor correspondente ao dobro da taxa de inscrição na prova.

g) - PRÉ-COMPETIÇÃO

- i) - Multa de valor correspondente ao dobro da taxa de inscrição na prova.

h)- TAÇA CÉSAR FIDALGO

- i) - Multa de valor correspondente ao dobro da taxa de inscrição na prova.

2. – FEMININOS

a) - CAMPEONATO DISTRITAL DE SENIORES

- i) - Suspensão de toda atividade na categoria, na época em questão;
- ii) - Multa de valor correspondente ao dobro da taxa de inscrição na prova.

b) - CAMPEONATO DISTRITAL DE sub-20

- i) - Suspensão de toda atividade na categoria, na época em questão;
- ii) - Multa de valor correspondente ao dobro da taxa de inscrição na prova

c) – TORNEIO DE ENCERRAMENTO OU TORNEIO DE ABERTURA

- i) - Multa de valor correspondente ao dobro da taxa de inscrição na prova.

ARTIGO 58º

(Da desistência de provas)

Os Clubes que desistam de participar nas provas oficiais para que se haviam inscrito, depois das mesmas se terem iniciado, são punidos da seguinte forma:

1. MASCULINOS

a) - CAMPEONATO DISTRITAL DE SENIORES

- i) - Suspensão de toda atividade na categoria, na época em questão;
- ii) - Multa de valor correspondente ao quádruplo da taxa de inscrição na prova.

- b) - **CAMPEONATO DISTRITAL DE SUB-20**
 - i) - Suspensão de toda atividade na categoria, na época em questão;
 - ii) - Multa de valor correspondente ao quádruplo da taxa de inscrição na prova.
- c) - **CAMPEONATO DISTRITAL DE SUB-17**
 - i) - Suspensão de toda atividade na categoria, na época em questão;
 - ii) - Multa de valor correspondente ao quádruplo da taxa de inscrição na prova.
- d) - **CAMPEONATO DISTRITAL DE SUB-15**
 - i) - Suspensão de toda atividade na categoria, na época em questão;
 - ii) - Multa de valor correspondente ao quádruplo da taxa de inscrição na prova.
- e) - **CAMPEONATO DISTRITAL DE SUB-13**
 - i) - Suspensão de toda atividade na categoria, na época em questão;
 - ii) - Multa de valor correspondente ao quádruplo da taxa de inscrição na prova.
- f) - **TORNEIO DE ENCERRAMENTO OU TORNEIO DE ABERTURA**
 - i) - Multa de valor correspondente ao quádruplo da taxa inscrição na prova.
- g) - **PRÉ-COMPETIÇÃO**
 - i) - Multa de valor correspondente ao quádruplo da taxa inscrição na prova.
- h)- **TAÇA CÉSAR FIDALGO**
 - i)- Multa de valor correspondente ao quádruplo da taxa de inscrição na prova.

2. – FEMININOS

- a) - **CAMPEONATO DISTRITAL DE SENIORES**
 - i) - Suspensão de toda atividade na categoria, na época em questão;
 - ii) - Multa de valor correspondente ao quádruplo da taxa inscrição na prova.
- b) - **CAMPEONATO DISTRITAL DE SUB-20**
 - i) - Suspensão de toda atividade na categoria, na época em questão;
 - ii) - Multa de valor correspondente ao quádruplo da taxa inscrição na prova
- c) - **TORNEIO DE ENCERRAMENTO OU TORNEIO DE ABERTURA**
 - i) - Multa de valor correspondente ao quádruplo da taxa inscrição na prova.

ARTIGO 59º

(Da utilização irregular de patinadores e demais representantes dos clubes)

1. Em defesa da ética desportiva, está, expressa e especificamente, vedado aos Clubes, em qualquer jogo ou prova da patinagem, tanto a nível oficial como a nível particular, a utilização ou integração de atletas, treinadores e demais representantes das suas equipas que não estejam devidamente inscritos ou cujo pedido de inscrição ainda não tenha sido objeto de aceitação deferimento pela FPP.
2. O Clube que em jogos utilize patinadores, treinadores e outros representantes, mediante a sua inclusão na ficha técnica do jogo ou prova, que não estejam nas condições legais ou regulamentares de o representar, será punido atento o disposto no **artigo 19º deste regulamento**.
3. Aos atletas, serão aplicadas as penas previstas no **artigo 53º deste regulamento**.
4. Aos demais representantes das equipas que tenham sido irregularmente utilizados ou integrados serão punidos com 1 (um) a 6 (seis) meses de suspensão a partir da data da sua utilização.
5. Em caso de reincidência as penas previstas nos pontos 3. e 4.,serão agravadas até ao dobro.

ARTIGO 60º

(Do atraso no início ou no reinício dos jogos ou provas)

1. O Clube cuja equipa impeça o árbitro ou juiz de dar início ao jogo ou prova à hora marcada, ou proceda em termos de o intervalo entre o fim da primeira parte e o início da segunda, será punido da seguinte forma:

a) - Multa no valor de 5% (cinco por cento) do salário mínimo nacional.

b) - Se tornar a cometer esta infração, o Clube será punido com multa de 10% (dez por cento) do salário mínimo nacional e sucessivamente com multas de 10% (dez por cento) do salário mínimo nacional, que vão crescendo aos quantitativos das multas anteriormente aplicadas, até perfazer o limite máximo de dois salários mínimos nacionais.

2. Na disciplina de Patinagem Artística o clube que realize as inscrições em prova ou apresente os suportes musicais tardiamente ou com a identificação correta, atrasando o início ou o reinício desta será punido conforme o que estipula o ponto 1. deste artigo nas alíneas a) e b).

3. As **infrações previstas no ponto anterior** são consideradas autónomas relativamente a outras faltas cometidas pelos Clubes.

ARTIGO 61º

(Das faltas aos jogos ou provas)

1. - O Clube que falte aos jogos ou provas das disciplinas de Patinagem, quer oficiais quer particulares, para os quais esteja qualificado e comprometido, salvo se a falta tiver sido motivada por motivo de força maior ou caso fortuito, é punido de conformidade com o estipulado no artigo 19º deste regulamento.

2. Nas disciplinas de **patinagem artística e patinagem de velocidade** os atletas que faltem a provas oficiais ou particulares, para as quais estejam qualificados e comprometidos, salvo se a falta tiver sido motivada por motivo de força maior ou caso fortuito, é punido de conformidade com o estipulado no **artigo 8º ponto 1. deste regulamento**, alíneas **a), b) e c)** com multa de valor correspondente ao dobro do valor da taxa de inscrição e alínea **d)** com a pena de suspensão até 30 dias.

a) Em caso de reincidência a multa prevista no ponto 2 deste artigo será agrava para o dobro.

3. A justificação da falta terá de ser apresentada no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, à Entidade Organizadora, que a apreciará e decidirá.

4. O Clube infrator será ainda obrigado a indemnizar os encargos com a arbitragem, policiamento e organização do jogo ou prova e ainda as despesas da equipa adversária relativas à deslocação, alimentação e estadia, se a tal houver lugar.

ARTIGO 62º

(Da apresentação da licença)

1. O Clube que em jogos ou provas de qualquer natureza, não apresentar ao árbitro ou juiz as licenças dos elementos constantes do boletim de jogo ou prova, é punido com multa de 5% (cinco por cento) do salário mínimo nacional por cada licença em falta.

2. O Clube que não justificar, nos cinco dias subsequentes a falta do documento mencionado no ponto anterior, fica sujeito ao pagamento de uma multa no valor de 10% (dez por cento) do salário mínimo nacional.

3. Clube que intimado pelos órgãos competentes, depois de decorrido o prazo mencionado no ponto anterior, para apresentar a justificação pela não apresentação da licença, **nos termos do ponto um deste artigo**, e não o fizer no prazo que lhe for concedido, fica sujeito à pena de falta de comparência.

ARTIGO 63º

(Das condições do recinto de jogo ou local da prova, do policiamento e dos equipamentos)

1. Quando um jogo ou prova não se efetuar, ou não se concluir, em virtude do campo não se encontrar em condições regulamentares, por facto imputável ao Clube proprietário ou arrendatário, é este punido atento o disposto no **Artigo 19º deste Regulamento**.

2. No caso de falta de policiamento, quando obrigatório, imputável ao Clube proprietário ou arrendatário, desde que impeça a realização do jogo, é este punido atento o disposto no **Artigo 19º deste Regulamento**.

3. O Clube que for responsável pela não realização do jogo ou prova em virtude de os equipamentos das duas equipas não permitirem fácil destriça ou não se encontrarem nas condições regulamentares, é este punido atento o disposto no **Artigo 19º deste Regulamento**.

ARTIGO 64º

(Do abandono de jogos e provas e do mau comportamento coletivo)

1. Os Clubes cujas equipas ou atletas, em jogos ou provas oficiais da patinagem, abandonarem deliberadamente o jogo ou prova ou assumirem um mau comportamento coletivo, são punidos em conformidade com o disposto no **Artigo 19º deste Regulamento**.

a) - **O abandono do jogo ou prova** verifica-se quando os patinadores dum Clube decidem efetuar a saída deliberada do recinto de jogo ou do local de realização da prova, impedindo assim a sua realização ou continuidade.

b) - O mau comportamento coletivo verifica-se quando os patinadores, técnicos e demais representantes dum Clube são responsáveis por infrações continuadas e que impedem o árbitro ou juiz de fazer iniciar, prosseguir ou concluir a realização dum jogo ou prova.

2. O Clube, bem como todos os seus representantes que tenham estado envolvidos nas infrações em questão, ficarão ainda sujeitos à instauração do competente processo disciplinar.

3. Aos atletas infratores são aplicadas as seguintes sanções:

a) - 2 (dois) a 6 (seis) jogos de suspensão de toda a atividade desportiva.

4. Aos treinadores e demais representantes infratores são aplicadas as seguintes sanções:

a) - 15 (quinze) dias de suspensão de toda a atividade desportiva;

b) - Multa correspondente a 30% do salário mínimo nacional;

5. - Aos clubes são aplicadas as penas previstas no artigo 19º deste regulamento.

6. Em caso de reincidência as penas previstas nos pontos 3 alínea a) e ponto 4 alínea a) e b) deste artigo serão agravadas até ao dobro.

ARTIGO 65º

(Da não realização ou não prosseguimento de jogo ou prova por agressão a árbitros ou juizes)

1. O Clube interveniente no jogo ou prova, cujo agente desportivo, esteja este ou não incluído no boletim de jogo ou prova, agrida fisicamente algum dos árbitros ou juizes, determinando lesão que o impossibilite de dar início ou reinício ao jogo ou prova, sendo este, em virtude desse facto dado por terminado antes do tempo regulamentar, é punido em conformidade com o disposto no **Artigo 19º deste Regulamento**.

2. O Clube bem como todos os seus representantes que tenham estado envolvidos nas infrações constantes do ponto anterior ficam ainda sujeitos à instauração do competente processo disciplinar.

ARTIGO 66º

(Da regularização de contas)

1. Todas as taxas definidas e multas aplicadas pela Direção da APP, devem ser integralmente pagas e regularizadas pelos Clubes, dentro dos prazos estabelecidos.

2. Os Clubes que não cumprirem com o estabelecido no ponto anterior, são punidos com a pena de suspensão de atividade, nos jogos seguintes em todas as categorias e escalões competitivos em que estiverem inscritos, ficam sujeitos ao regime de falta de comparência nos mesmos até completo e integral pagamento e regularização da dívida para com a APP

a) - No caso de serem averbadas a um Clube três faltas de comparência, pelo incumprimento do disposto neste artigo, é motivo para a sua imediata exclusão da prova.

ARTIGO 67º

(Da utilização de patinadores de outros clubes)

1. O Clube que em jogos ou provas particulares alinhar com patinadores qualificados por outro Clube, sem autorização da APP, apensa no boletim de jogo, será punido com multa de 1 (um) a 4 (quatro) salários mínimos nacionais.

2. A **multa prevista no ponto anterior** será agravada para o dobro se, por qualquer meio fraudulento, o Clube infrator tentar ocultar a situação.

3. A **multa prevista no ponto um deste artigo** será reduzida a metade se a falta se limitar à não junção das declarações ao boletim de jogo.

ARTIGO 68º

(Da introdução, venda e consumo de bebidas alcoólicas ou de outras situações)

1. O Clube que permitir, no interior do seu campo, a introdução, venda e consumo de bebidas alcoólicas ou quaisquer outros produtos que não se encontrarem em embalagem de cartão ou de plástico, será punido com multa de 1 (um) a 4 (quatro) salários mínimos nacionais.

ARTIGO 69º

(Dos jogos ou provas não autorizados)

1. O Clube filiado que, sem autorização da APP, dispute jogos ou provas, é punido com a multa de 25% (vinte e cinco por cento) do salário mínimo nacional, sendo agravado para o dobro em caso de reincidência.
2. Se o Clube cometer a falta depois de negada autorização a multa é de 75% (setenta e cinco por cento) do salário mínimo nacional.

ARTIGO 70º

(Dos jogos ou provas com clubes não filiados ou suspensos)

1. O clube que disputar jogos ou provas com outro clube não filiado ou que se encontre suspenso pela respetiva associação de patinagem ou pela FPP, desde que tenha havido divulgação oficial dessa pena, será punido com multa a pagar à entidade organizadora de 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo nacional, agravada ao dobro em caso de reincidência.

ARTIGO 71º

(Do não acatamento de ordem de expulsão)

1. Quando o árbitro ou juiz, antes do período regulamentar, der o jogo ou prova por terminada, em virtude de qualquer elemento constante da ficha do jogo ou prova não obedecer à ordem de expulsão serão punidos da forma seguinte:
 - a) - Aos elementos infratores será aplicada a pena prevista no **artigo 54º deste regulamento.**
 - b) - Ao clube será aplicada a pena prevista no **artigo 19º ponto. 2 alínea a) e ponto 3. alínea a).**

ARTIGO 72º

(Da recusa de designação de capitão e de sub-capitão)

O Clube que se recuse a designar o capitão e sub-capitão da equipa ou, na falta de ambos no decurso de um encontro, se recuse a designar o jogador que haverá de substituir o sub-capitão, o árbitro dá o jogo por terminado e o Clube é punido com derrota por falta de comparência prevista no artigo 19º, pontos 1. e 2. alínea a) e ponto 3. alínea a) e c) deste regulamento.

ARTIGO 73º

(Da recusa de cedência de patinadores e instalações para as seleções da APP)

1. O clube que recusar ceder as suas instalações desportivas para que nelas se realizem jogos, provas ou treinos das seleções, será punido com a pena de multa de 80% (oitenta por cento) a 2 (dois) salários mínimos nacionais e interdição por 30 (trinta) dias das referidas instalações.
2. O Clube que se recusar ceder os seus patinadores, técnicos e outros elementos devidamente requisitados ou convocados pela APP, para treinos, provas ou jogos das seleções distritais, é punido com uma pena de multa por cada um dos impedidos, escalonada da seguinte forma:
 - a) - **INFANTIS/SUB-13: 50%** (cinquenta por cento) do salário mínimo nacional
 - b) - **INICIADOS/SUB-15: 50%** (cinquenta por cento) do salário mínimo nacional;

- c) – **CADETES: 30%** (trinta por cento) do salário mínimo nacional;
- d) – **JUVENIS/SUB-17: 30%** (trinta por cento) do salário mínimo nacional;
- e) – **JUNIORES/SUB-19: 20%** (vinte por cento) do salário mínimo nacional;
- f) – **SENIORES: 20%** (vinte por cento) do salário mínimo nacional

2. As **penas referidas no ponto anterior** serão agravadas para o dobro em caso de reincidência.

SECÇÃO III DOS DIRIGENTES, TREINADORES, OUTROS REPRESENTANTES E EMPREGADOS DOS CLUBES

ARTIGO 74º

(Contra dirigentes)

1. As faltas dos membros dos órgãos da APP ou dos Clubes, dos treinadores, preparadores físicos, secretários técnicos, médicos, massagistas, auxiliares técnicos e demais empregados do Clube, contra outros dirigentes desportivos, quando uns e outros ou qualquer deles se encontrarem em exercício das suas funções, serão punidas nos termos seguintes:

a) - **Uso de expressões, entrevistas, desenhos, gestos, de carácter injurioso, difamatório ou grosseiro:** suspensão de atividade até 3 (três) meses e/ou multa de 10% (dez) a 80% (oitenta) do salário mínimo nacional;

b) - **Uso de expressões ou gestos ameaçadores ou que traduzam tentativa de agressão:** suspensão de atividade de 3 (três) a 12 (doze) meses e/ou multa de 10% (dez por cento) a 1 (um) salário mínimo nacional;

c) - **Agressão:** suspensão de atividade até 3 (três) anos e/ou multa de 20% (vinte por cento) a 2 (dois) salários mínimos nacionais.

2. Quando qualquer membro das entidades referidas no ponto 1 deste artigo não possuírem licença emitida pela APP ou FPP esse membro responderá e será punido com as multas previstas nas alíneas do referido ponto.

ARTIGO 75º

(Contra membros dos órgãos da APP e árbitros)

1. As faltas dos membros dos órgãos da APP ou dos Clubes e das comissões eventuais regularmente constituídas, dos treinadores, preparadores físicos, secretários técnicos, médicos, massagistas, auxiliares técnicos e demais empregados do Clube contra dirigentes da APP ou elementos da arbitragem, por virtude do exercício das suas funções, serão punidas nos seguintes termos:

2. FALTAS LEVES

a) - **Uso de expressões, desenhos, gestos, de carácter injurioso, difamatório ou grosseiro:** suspensão de atividade até 30 (trinta) dias e/ou multa de 10% (dez) a 2 (dois) salários mínimos nacionais.

3. FALTAS GRAVES

a) - **Uso de expressões ou gestos ameaçadores:** suspensão de atividade de 15 (quinze) a 60 (sessenta) dias e/ou multa de 20% (vinte) a 2 (dois) salários mínimos nacionais.

b) - **Atos que traduzam tentativa de agressão:** suspensão de atividade de 6 (seis) a 12 (doze) meses e/ou multa de 20% (vinte) a 2 (dois) salários mínimos nacionais.

4. FALTAS MUITO GRAVES

a) - **Agressão:** suspensão de atividade de até 3 (três) anos e/ou multa de 2 (dois) a 5 (cinco) salários mínimos nacionais

b) - **Agressão com consequências físicas:** suspensão de atividade de 4 (quatro) a 12 (doze) anos e/ou multa de 2 (dois) a 5 (cinco) salários mínimos nacionais.

5. Quando qualquer membro das entidades referidas no ponto 1 deste artigo não possuírem licença emitida pela APP ou FPP esse membro responderá e será punido com as multas previstas nas alíneas do referido ponto.

ARTIGO 76º

(Contra patinadores e outros intervenientes em jogos ou provas)

1. As faltas dos membros dos órgãos da APP ou dos Clubes e das comissões eventuais regularmente constituídas, dos treinadores, preparadores físicos, secretários técnicos, médicos, massagistas, auxiliares técnicos, e demais empregados do Clube contra patinadores, treinadores, preparadores físicos, secretários técnicos, médicos, massagistas, auxiliares técnicos, empregados do Clube, funcionários da APP, uns e outros no exercício das suas funções, são punidas da seguinte forma:

a) - **Uso de expressões, desenhos, escritos, gestos com carácter injurioso, difamatório ou grosseiro:** suspensão de atividade até 60 (sessenta) dias e/ou multa de 10% (dez) a 1 (um) do salário mínimo nacional;

b) - **Uso de expressões ou gestos ameaçadores ou atos que traduzam tentativa de agressão:** suspensão de atividade de 6 (seis) a 12 (doze) meses e/ou multa de 20% (vinte) a 2 (dois) salários mínimos nacionais;

c) - **Agressão:** suspensão de atividade até 3 (três) anos e/ou multa de 20% (vinte) a 2 (dois) salários mínimos nacionais.

2. As penas do **ponto anterior** serão elevadas ao dobro quando as infrações forem cometidas por membros dos órgãos da APP, independentemente do exercício de funções.

3. Quando qualquer membro das entidades referidas no ponto 1 deste artigo não possuírem licença emitida pela APP ou FPP esse membro responderá e será punido com as multas previstas nas alíneas do referido ponto.

SECÇÃO IV DOS DELEGADOS DOS CLUBES

ARTIGO 77º

(Da inobservância de deveres específicos)

1. Os delegados aos jogos ou provas quando infringirem os deveres que lhes são atribuídos na legislação desportiva, serão punidos com a pena de suspensão de atividade de 30 (trinta) a 90 (noventa) dias e com multa de 5% (cinco) a 40% (quarenta) do salário mínimo nacional.

2. Se o delegado infrator for do Clube visitado e a falta consistir na violação de deveres especiais que no regulamento lhe são atribuídos, a pena será elevada para o dobro.
3. O delegado ao jogo que injustificadamente não assine a ficha técnica, não tomando conhecimento das advertências e expulsões dos patinadores do seu Clube, é punido com a pena de suspensão de atividade de 30 (trinta) a 90 (noventa) dias e multa de 10% (dez) a 1 (um) do salário mínimo nacional.
4. A justificação do ato deverá ser feita por escrito e dar entrada nos serviços da APP no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar da data do jogo ou prova.

SECÇÃO V DOS ESPECTADORES

ARTIGO 78º (Distúrbios)

1. Os Clubes que não assegurem a ordem e a disciplina dentro da área dos recintos ou complexos desportivos, antes, durante e após a realização dos jogos, e desde que se verifique qualquer distúrbio provocado por espectador ou espectadores seus adeptos ou simpatizantes, serão sempre por estes responsáveis e punidos nos termos seguintes:
 - a) - Sempre que se verifique perturbação da ordem ou disciplina, designadamente, arremesso de objetos, agressões, ameaças ou tentativas, incitamentos graves contra espectador, agentes de autoridade, dirigentes, médicos, treinadores, secretário, técnicos, auxiliares técnicos, empregados, componentes da equipa de arbitragem e patinadores, ou ainda, amotinação, sua ameaça ou tentativa, invasão de campo, sua ameaça e tentativa, seja ou não com o propósito de protestar ou molestar os referidos intervenientes, os Clubes serão punidos com a multa de 20% (vinte por cento) a 4 (quatro) salários mínimos nacionais;
 - b) - Se qualquer dos factos enunciados na alínea anterior causar interrupção não definitiva no jogo e originar dificuldades especiais ao seu início, reinício ou prosseguimento, os Clubes são punidos com a pena de interdição do seu campo de 1 (um) a 2 (dois) jogos ou provas e com multa de 20% (vinte), a 1 (um) salário mínimo nacional; igual pena será aplicada aos Clubes em caso de grave tentativa de agressão ou graves atos intimidatórios, organizados contra as entidades e elementos referidos, bem como quando forem causados graves danos patrimoniais;
 - c) - Se o distúrbio der causa a que as pessoas referidas na alínea anterior sejam molestadas, mas não levar à interrupção do jogo ou prova, nem originar dificuldades especiais ao seu início, reinício ou prosseguimento, os Clubes serão punidos com a pena de interdição do seu ringue ou considerado como tal, por 1 (um) a 4 (quatro) jogos ou provas e multa de 40% (quarenta por cento) a 2 (dois) salários mínimos nacionais;
 - d) - Se o distúrbio der causa a que as pessoas referidas na alínea a) sejam molestadas ou levarem o árbitro ou juiz a interromper o jogo ou prova, para além de originarem dificuldades especiais ao seu início, reinício ou prosseguimento, os Clubes serão punidos com a pena de interdição do seu ringue, ou considerado

como tal, por 2 (dois) a 6 (seis) jogos ou provas e a multa de 40% (quarenta) a 3 (três) salários mínimos nacionais;

e) - Se o distúrbio der ou não causa a que as pessoas referidas na **alínea a) deste ponto** sejam molestadas, e levarem o árbitro ou juiz, justificadamente, a não dar início ou reinício ao jogo ou prova ou o considerar terminado antes do tempo regulamentar, os Clubes serão punidos com a pena de interdição do seu ringue, ou considerado como tal, por 3 (três) a 12 (doze) jogos ou provas e a multa de 80% (oitenta) a 4 (quatro) salários mínimos nacionais;

2. Quando, dos factos previstos nas **alíneas d) e e) do ponto anterior** resultarem graves consequências para as pessoas então referidas, ou sempre que o ringue seja invadido coletivamente em atitude de protesto ou com intenção de agredir, por espectadores simpatizantes ou adeptos de um ou de ambos os Clubes, este ou estes serão punidos com a medida de segurança da vedação do campo de jogos ou provas.

3. Quando o árbitro ou juiz não dê início ao jogo ou prova ou lhe ponha termo antes do tempo regulamentar, será instaurado processo disciplinar aos responsáveis pelos autores dos distúrbios.

4. Se, em face de tal, se provar que os distúrbios foram praticados por associados ou adeptos de um Clube, a este será aplicada a pena de derrota; e, se se provar que esses mesmos atos foram praticados por associados ou adeptos de ambos os Clubes, a estes será aplicada a referida pena de derrota.

5. Por **complexo desportivo** é entendido o conjunto de terrenos, construções e instalações destinadas à prática desportiva de uma ou mais modalidades, pertencentes ou explorados por uma só entidade, compreendendo os espaços reservados ao público e ao estacionamento de viaturas, bem como arruamentos e dependências anexas, necessários ao bom funcionamento do conjunto.

6. São entendidas como **limites exteriores do complexo desportivo** as vias públicas onde vão dar os seus acessos.

7. Por **recinto desportivo** é entendido o espaço criado exclusivamente para a prática do desporto, com carácter fixo e com estruturas de construção que lhe garantam essa afetação e funcionalidade, dotado de lugares permanentes e reservados a assistentes, sob controlo de entrada.

8. Por **área de competição** é entendida a superfície onde se desenrola a competição, incluindo as zonas de proteção definidas de acordo com os regulamentos internacionais da respetiva modalidade.

9. Em qualquer circunstância, independentemente do disposto no **ponto 7. deste artigo**, o Clube é sempre responsável pelos distúrbios provocados, por ocasião dos jogos, pelos seus sócios ou simpatizantes, ou pelas pessoas vinculadas ou subordinadas ao Clube, quando devidamente comprovados.

ARTIGO 79º

(Indemnização aos elementos da equipa de arbitragem, patinadores, Clubes e outros)

1. Quando em recinto desportivo, qualquer elemento da equipa de arbitragem seja ofendido corporalmente ou sofra danos materiais, o Clube ou Clubes responsáveis pelo facto danoso ficarão obrigados ao pagamento de uma indemnização.

2. Se o lesado receber indemnização de qualquer entidade seguradora, esse quantitativo será deduzido à indemnização referida no **ponto anterior**, devendo, se o receber posteriormente, proceder à sua devolução.
3. O disposto nos **pontos anteriores** é aplicável ainda que o lesado seja qualquer elemento da equipa adversária ou do Clube a que pertença e ainda a agentes de autoridade em serviço, dirigentes, médicos, treinadores, secretários técnicos, auxiliares técnicos e empregados.
4. O Clube ou os Clubes são responsáveis nos termos dos pontos anteriores quando os factos se verifiquem no âmbito dos **pontos sete e oito do artigo 78º**.
5. Caso não se comprove qual o Clube responsável pelos factos danosos, a indemnização referida nos **pontos um, dois e três deste artigo**, será suportada em partes iguais por ambos os Clubes; no entanto, no caso do **ponto três**, o Clube lesado suportará metade dos prejuízos.
6. Em caso de jogos ou provas realizados em ringue neutro, serão solidariamente responsáveis os Clubes contendores.
7. Para efeitos de cobrança, é aplicável à indemnização referida o regime estabelecido neste regulamento para as multas aplicadas aos Clubes.

TÍTULO IV DO PROCEDIMENTO DISCIPLINAR

CAPÍTULO I DO CONSELHO DE JUSTIÇA

ARTIGO 80º

(Composição, atribuições, competências e funcionamento)

1. O Conselho de Justiça da APP que está dotado de autonomia técnica e funcional, sendo responsável, conjuntamente com a Direção, pelo exercício da justiça e do poder disciplinar.
2. O disposto nos artigos 78º e 79º dos Estatutos, a par do estabelecido nos artigos 48º a 51º do Regulamento Geral da APP, constitui a base do enquadramento normativo do Conselho de Justiça da APP, designadamente quanto à sua composição, atribuições e competências, bem como quanto às suas normas de funcionamento.

ARTIGO 81º

(Acórdãos)

1. As deliberações do Conselho de Justiça em recurso ou protesto são sempre fundamentadas e lavradas em acórdão, sendo lícito aos membros vencidos expressar sucintamente as razões da sua discordância, no próprio acórdão.
2. As deliberações do Conselho de Justiça são registadas em ata, lavrada em livro especial, numerado e rubricado, em todas as folhas, pelo Presidente da Mesa da Assembleia-geral, que assina os termos de abertura e encerramento.
3. Os acórdãos do Conselho de Justiça, devidamente assinados pelos membros presentes, devem ser enviados à Direção da APP para publicação no boletim oficial e ao órgão e entidade que eventualmente os tenha solicitado ou a eles tenha dado origem.

ARTIGO 82º

(Recorribilidade dos acórdãos)

1. Há recurso dos acórdãos do Conselho de Justiça da APP para o Conselho de Justiça da FPP.
2. O Conselho de Justiça funciona e tem competência para as suas deliberações como Tribunal Arbitral, sendo a instância arbitral e jurisdicional para as questões e casos compreendidos nas suas competências definidas nos Estatutos e neste Regulamento.

ARTIGO 83º

(Sessões)

O Conselho de Justiça tem reuniões convocadas pelo seu Presidente, por sua própria iniciativa ou sob solicitação de outros órgãos da APP.

ARTIGO 84º

(Regimento)

O Conselho de Justiça pode estabelecer o seu regimento próprio a as normas de tramitação dos processos de recurso.

CAPÍTULO II DOS PROTESTOS DOS JOGOS OU PROVAS, DOS PROCESSOS DE INQUÉRITO E DOS PROCESSOS DISCIPLINARES

SECÇÃO I REGRAS GERAIS

ARTIGO 85º

(Espécie de protestos)

A averiguação dos factos e dos atos ilícitos disciplinares é feita através de processo de inquérito sumário ou de processos disciplinares propriamente ditos.

ARTIGO 86º

(Inquérito sumário)

Os processos de inquérito, sob a forma sumária, destinam-se a averiguar factos, a instruir genericamente processos e a determinar responsabilidades por atos ou faltas menos graves ou como tal indicadas.

ARTIGO 87º

(Processo disciplinar)

Os processos disciplinares propriamente ditos destinam-se a apurar factos e circunstâncias e a concretizar a imputação de responsabilidades por faltas, infrações ou ilícitos disciplinares, com vista a habilitar à ação disciplinar e à aplicação de sanções.

ARTIGO 88º

(Penas aplicáveis sem processo)

1. A aplicação de sanções não depende da instauração de qualquer processo disciplinar, salvo quando a sanção a aplicar determine a suspensão de atividade

por mais de trinta dias e ou o pagamento de multa superior a 2 (dois) salários mínimos nacionais.

2. As penas de multa superiores a 2 (dois) e até 10 (dez) salários mínimos nacionais e a suspensão da atividade de trinta e um a sessenta dias podem ser aplicadas em conclusão de processo de inquérito sumário, exceto no caso dos patinadores.

ARTIGO 89º

(Exigência do processo disciplinar)

Em todos os demais casos a aplicação de sanções depende da prévia instauração de processo disciplinar.

SECÇÃO II DOS PRÓTESTOS

ARTIGO 90º

(Admissibilidade)

1. Os clubes e os patinadores individuais só podem protestar a validade dos jogos ou provas quando fundamentados da seguinte forma:

- a) – Inscrição, qualificação e utilização de patinadores;
- b) – Erros de arbitragem.

2. Os protestos com fundamento na alínea a) do ponto um deste artigo, podem ser apresentados até ao segundo dia útil após o termo da respetiva prova.

3. Os protestos com fundamento na alínea b) do ponto um deste artigo, devem ser feitos nos termos das regras oficiais da FPP em vigor.

4. Não são admitidos protestos fundamentados nas alíneas a) e b) do ponto 1. deste artigo, cuja confirmação ou ratificação não seja, obrigatoriamente, acompanhado da taxa respetiva, prevista no artigo 93º deste Regulamento.

5. Não são admissíveis protestos sobre as condições dos ringues que tenham sido aprovados pelo Conselho Técnico da APP.

ARTIGO 91º

(Legitimidade)

1. Os protestos com fundamento na *alínea a) do ponto um do artigo anterior* podem ser feitos por quem beneficie com a sua eventual procedência.

2. Só podem protestar a validade de um jogo ou prova de Patinagem Artística com fundamento na *alínea b) do ponto um do artigo anterior* os clubes ou patinadores individuais nele intervenientes.

3. Nenhum protesto é admitido quando se verifique que as irregularidades evocadas são da responsabilidade do reclamante, ou dele obtiver benefício direto.

ARTIGO 92º

(Fundamentos)

Das razões que fundamentam o protesto devem, pormenorizadamente, constar:

- a) – Os factos que o determinam e os elementos que o comprovam;
- b) – Os preceitos regulamentares em que se baseiam;

c) – O que pretende a entidade autora do protesto.

ARTIGO 93º

(Formas e requisitos)

1. Os protestos com fundamento na errada inscrição, qualificação e utilização de patinadores devem ser feitos em papel timbrado do clube e devem ser entregues na secretaria da APP ou enviados por carta registada ou fax.
2. Os protestos sobre erros de arbitragem só são admitidos quando refiram circunstâncias derivadas de errada aplicação das Regras do Jogo de Hóquei em Patins ou do Regulamento de Patinagem Artística e nunca sobre questões de facto.
3. Além disso só são admissíveis quando o desígnio do protesto esteja registado no boletim de jogo de hóquei em patins ou no relatório do juiz árbitro de patinagem artística, para o que os delegados devem exigir do árbitro ou juiz árbitro que esse facto conste naqueles documentos.

ARTIGO 94º

(Confirmação ou ratificação)

1. Os protestos sobre erros de arbitragem têm de ser, *obrigatoriamente*, confirmados, por escrito, pelo clube ou patinador individual protestante, perante a APP.
2. Esta confirmação ou ratificação do protesto registado no boletim de jogo ou relatório do juiz árbitro da prova, tem, necessariamente, dar entrada na secretaria da APP até setenta e duas horas após o termo do jogo ou prova a que o protesto diz respeito.

ARTIGO 95º

(Registo do correio)

Se os protestos forem feitos ou confirmados através de carta registada ou por via telegráfica, a respetiva tempestividade afere-se pelo dia e hora da respetiva entrega nos serviços dos correios e que estes assinalarem no respetivo registo.

ARTIGO 96º

(Da taxa de protesto)

1. A taxa relativa à interposição do protesto é de 60% (sessenta) do salário mínimo nacional.
2. Se o protesto for julgado procedente procede-se à restituição de metade da taxa prestada.

ARTIGO 97º

(Não confirmação e multa)

1. No caso de falta de confirmação regulamentar por parte do clube ou patinador individual que fez declaração do mesmo, é aplicada a multa correspondente a 1 (um) do salário mínimo nacional.
2. Em caso de reincidência ao clube ou patinador individual é aplicada a multa de 2 (dois) salários mínimos nacionais.

ARTIGO 98º

(Competência para julgamentos)

1. Os protestos com fundamento no ponto 1. alínea a) do ponto um do artigo 90º são julgados pela Direção, cabendo recurso para o Conselho de Justiça.
2. Das decisões do Conselho de Justiça das APP cabe recurso para o Conselho de Justiça da FPP, recurso esse limitado à apreciação da legalidade dos atos e conformidade da decisão.
3. Os protestos relativos a jogos ou provas com fundamento na alínea b) do ponto um do artigo 90º são julgados pelo Conselho Técnico, cabendo recurso para o Comité Técnico da FPP e deste para o Conselho de Justiça da FPP.
4. Os protestos apresentados devem ser julgados no prazo de 15 (quinze) dias a contar da sua confirmação.

SECÇÃO III PROCESSO DE INQUÉRITO SUMÁRIO

ARTIGO 99º

(Instauração)

O processo de inquérito sumário é instaurado por decisão da Direção ou por solicitação de qualquer Órgão, face à participação de factos ou ocorrências que indiciem faltas ou infrações disciplinares.

ARTIGO 100º

(Organização e diligências)

1. O processo de inquérito é organizado de forma sumária com a participação de todos os elementos averiguados sobre as ocorrências em análise.
2. Às pessoas indiciadas subordinadas à disciplina da APP deve ser facultado que se pronunciem sobre os factos, designadamente os que lhes são referidos ou imputados.
3. A audição dos indiciados, bem como de eventuais testemunhas, não carece de observar formalidades especiais, podendo, inclusive, ser feita por simples carta ou e-mail, com o convite para se pronunciarem sobre os factos.
4. As diligências devem ser realizadas de forma rápida, sem procedimentos retardadores.
5. Aplica-se o disposto no artigo 85º deste Regulamento, com as necessárias adaptações.

ARTIGO 101º

(Conclusão)

O processo é concluído com brevidade, elaborando-se um relatório com as propostas para a respetiva decisão.

SECÇÃO IV PROCESSO DISCIPLINAR

ARTIGO 102º

(Processo)

1. O processo disciplinar é instaurado por decisão da Direção ou por solicitação de qualquer Órgão, face à participação de factos ou ocorrências que indiciem faltas ou infrações disciplinares.
2. Nos casos em que se verifique alguma infração que dê origem a processo disciplinar, a entidade competente comunica, por escrito, através de correio registado ou fax, ao infrator que tenha incorrido nas respetivas infrações a sua intenção de proceder à abertura do mesmo, juntando nota de culpa com a descrição circunstanciada dos factos imputados ao arguido e demais situações de interesse e a penalidade em que incorre.
3. O arguido dispõe de 5 (cinco) dias úteis para consultar o processo e responder à nota de culpa, deduzindo por escrito os elementos que considere relevantes para o esclarecimento dos factos e da sua participação nos mesmos, podendo juntar documentos e solicitar as diligências probatórias que se mostrem pertinentes para o esclarecimento da verdade.
4. As testemunhas que o arguido arrolar não podem ser mais de 5 (cinco) cabendo-lhe assegurar a respetiva comparência ou requerer o seu testemunho por escrito.
 - a) – Em caso de urgência da decisão pode o instrutor marcar, desde logo, a data para a produção da prova que vier a ser fornecida pelo acusado;
 - b) – A inquirição das testemunhas apresentadas pelo arguido realiza-se de forma contínua;
 - c) – A instrução do processo tem lugar na sede da APP, exceto quando haja deferimento de requerimento em sentido inverso, cuja apreciação compete única e exclusivamente ao instrutor do processo.
 - d) – O arguido é sempre responsável pelos encargos decorrentes da produção de prova em lugar diverso da sede da APP.
5. A entidade competente, diretamente ou através de instrutor que tenha nomeado, procederá obrigatoriamente às diligências probatórias requeridas na resposta à nota de culpa, a menos que as considere patentemente dilatórias ou impertinentes, devendo, nesse caso, alegá-lo, fundamentadamente, por escrito.
6. O processo deve ser concluído no prazo de 30 (trinta) dias, o qual pode ser prorrogado a pedido do instrutor, desde que devidamente justificado.

ARTIGO 103º

(Suspensão preventiva)

1. A Direção pode, de acordo com as circunstâncias específicas do caso concreto, suspender preventivamente o infrator, se a gravidade da falta o justificar.
2. A suspensão preventiva é notificada ao presumível infrator no momento em que lhe é dado conhecimento da instauração de procedimento disciplinar.

3. Se a sanção aplicada tiver sido a suspensão, o período durante o qual o infrator se encontrou suspenso preventivamente, é descontado no tempo se suspensão que lhe tiver sido efetivamente aplicado.
4. Se a sanção prevista na acusação for a de admoestação, repreensão escrita ou multa, pode de imediato ser levantada oficiosamente pela Direção ou requerimento do interessado, a suspensão preventiva.

ARTIGO 104º

(Conclusão e relatório)

1. Realizadas as diligências de instrução, ou não tendo sido apresentada defesa, o instrutor conclui o processo, elaborando o respetivo relatório, com indicação dos factos que considera provados e não provados e formulará as suas conclusões e propostas para a decisão final, remetendo a decisão final para julgamento da Direção.
2. O Presidente da Direção designa de entre os seus membros um relator para elaboração dos acórdãos.
3. O relator elabora o acórdão em 8 (oito) dias, fundamentando a decisão, bastando para tal a menção da mera concordância com as conclusões finais do instrutor, inclusive no caso de serem decididas penalidades menores que as propostas.
4. O voto de vencido obriga a declaração.
5. Se o relator for vencido na decisão ou em qualquer dos seus fundamentos, o acórdão é lavrado por um dos outros membros da Direção que tenha formado o vencimento, escolhido por sorteio, o qual fica, para todos os efeitos, a ser o relator do processo.
6. A condenação por infração disciplinar sujeita o arguido ao pagamento das custas do processo.

CAPÍTULO IV DA JUSTIFICAÇÃO DOS ACTOS, DA RECLAMAÇÃO E DOS RECURSOS

SECÇÃO I PRINCÍPIOS GERAIS

ARTIGO 105º

(Recursos e reclamações admissíveis)

1. Os agentes desportivos têm o direito de solicitar a revogação ou a modificação das deliberações disciplinares, nos termos deste Regulamento.
2. O direito reconhecido no ponto anterior pode ser exercido, consoante os casos:
 - a) – Mediante reclamação para o autor da deliberação;
 - b) – Mediante recurso.
3. São admissíveis recursos das seguintes deliberações:
 - a) – Dos Comitês e do Conselho de Arbitragem;
 - b) – Da Direção;
 - c) – Do Conselho de Justiça.

4. Das deliberações previstas na alínea a) do ponto 3. deste artigo, cabe recurso para o Conselho de Disciplina da FPP, que julga em última instância.

5. Das deliberações previstas nas alíneas b) e c) do ponto 3. deste artigo, cabe recurso para o Conselho de Justiça da FPP, que julga em última instância.

ARTIGO 106º

(Exclusão de recursos)

1. Excluem-se de recursos as deliberações da Direção da APP relativas aos atos de gestão administrativa, de organização desportiva ou inerentes às suas competências de administração e representação local e nacional.

2. Também são irrecorríveis as sanções aplicadas pelos árbitros ou juízes durante o decorrer dos jogos ou provas.

ARTIGO 107º

(Efeitos)

Os recursos, protestos e reclamações têm efeito meramente devolutivo.

ARTIGO 108º

(Princípio da irrecorribilidade externa)

REVOGADO

ARTIGO 109º

(Irrecorribilidades específicas)

1. As deliberações da Mesa Assembleia-geral são irrecorríveis, inclusive para o Conselho de Justiça da APP

ARTIGO 110º

(Irrecorribilidade externa geral)

REVOGADO

ARTIGO 111º

(Irrecorribilidade externa absoluta)

REVOGADO

ARTIGO 112º

(Penalidades)

REVOGADO

SECÇÃO II DA RECLAMAÇÃO E DOS RECURSOS EM ESPECIAL

SUBSECÇÃO I GENERALIDADES

ARTIGO 113º

(Princípio geral)

Pode reclamar-se ou recorrer-se de qualquer decisão disciplinar, salvo disposição legal em contrário.

ARTIGO 114º

(Fundamentos da impugnação)

Salvo disposição em contrário as reclamações e os recursos podem ter por fundamento a ilegalidade ou a inconveniência da decisão disciplinar.

ARTIGO 115º

(Legitimidade)

Têm legitimidade para reclamar ou recorrer os titulares de direitos subjetivos ou interesses regularmente protegidos que se considerem lesados pela decisão disciplinar.

ARTIGO 116º

(Taxa)

1. Quanto à reclamação a taxa a aplicar é o valor correspondente a 40% (quarenta) do salário mínimo nacional.
2. Quanto ao recurso para o Conselho de Disciplina a taxa a aplicar é o valor correspondente a 60% (sessenta) do salário mínimo nacional.
3. O recurso para o Conselho de Justiça a taxa a aplicar é o valor correspondente a 1 (um) salário mínimo nacional.
4. O pagamento da taxa faz-se com a entrada das peças processuais a que digam respeito.
5. Caso a reclamação ou o recurso sejam julgados procedentes é restituída ao reclamante ou recorrente a totalidade da taxa paga.
6. Caso a reclamação ou o recurso sejam julgados improcedentes não há restituição da taxa e o reclamante ou recorrente fica ainda obrigado ao pagamento de custas ou despesas a que tenha dado lugar, nos termos e valor que sejam fixados no acórdão.
7. A falta de pagamento das taxas estabelecidas obsta ao conhecimento das causas.
8. Em todos os processos disciplinares pode o arguido, solidariamente com o clube a que o mesmo esteja vinculado, ficar sujeito ao pagamento de custas e despesas a que tenha dado lugar, nos termos e valor que sejam fixados no acórdão.
9. O não pagamento das custas e despesas previstas nos pontos um, dois e três deste artigo, no prazo de dez dias a contar a contar da data da notificação do acórdão, sujeita o agente à ou clube à suspensão de toda a atividade, sem

necessidade de instauração de qualquer processo e até que efetue o pagamento integral daquelas importâncias.

SUBSECÇÃO II DA RECLAMAÇÃO

ARTIGO 117º

(Da interposição e dos prazos da reclamação)

1. A reclamação deve ser apresentada no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação da decisão, ou na sua falta, da data do Comunicado Oficial onde se publicite essa decisão.
2. A reclamação deve ser apresentada por meio de requerimento na secretaria da APP, contendo as alegações produzidas pelo reclamante e os meios de prova que se acharem convenientes.
3. A entidade competente aprecia e decide no prazo de 8 (oito) dias úteis.
4. A reclamação é julgada em última instância dela não cabendo recurso.
5. Julgada procedente a reclamação, é revogada ou alterada a decisão proferida no processo revisto.
6. Aplica-se à reclamação por remissão as disposições relativas ao recurso, com as necessárias adaptações.

SUBSECÇÃO III DO RECURSO

ARTIGO 118º

(Interposição e respectivo prazo)

1. O recurso interpõe-se por meio de requerimento entregue na secretaria da APP, no qual o recorrente deve expor todos os fundamentos do recurso, podendo juntar os documentos que considere convenientes.
2. Sempre que a Lei não estabeleça prazo diferente, é de 5 (cinco) dias úteis o prazo para interposição do recurso.

ARTIGO 119º

(Notificação dos contrainteresados e alegações)

1. Interposto o recurso o órgão competente deve, para dele conhecer, notificar aqueles que possam ser prejudicados pela sua procedência, para alegarem, no prazo de 8 (oito) dias úteis, o que tiverem por conveniente sobre o recurso e seus fundamentos.
2. A interposição do recurso tem de ser feita por escrito perante a entidade que proferiu a decisão recorrida.
3. A entidade recorrida dispõe de 10 (dez) dias úteis, a contar da recepção do recurso ou da notificação que lhe for feita, para apreciar o recurso e ou juntar os documentos ou elementos que lhe forem solicitados.
4. Só é admissível a junção de documentos de que o recorrente não tivesse conhecimento ou não tivesse podido utilizar em sede dos autos do processo instaurado.

ARTIGO 120º

(Rejeição do recurso)

O recurso deve ser rejeitado nos seguintes casos:

- a) – Quando haja sido interposto para órgão incompetente;
- b) – Quando a decisão impugnada não seja suscetível de recurso;
- c) – Quando o recorrente careça de legitimidade;
- d) – Quando o recurso tenha sido interposto fora de prazo;
- e) – Quando ocorra qualquer outra causa que obste ao conhecimento do recurso.

ARTIGO 121º

(Da decisão e seu prazo)

1. O órgão competente para conhecer do recurso pode, sem sujeição ao pedido do recorrente, confirmar ou revogar a decisão recorrida; se a competência do autor da decisão recorrida não for exclusiva pode, também, modificá-la ou substituí-la.
2. Quando não se fixe prazo diferente o recurso deve ser decidido no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da remessa do procedimento ao órgão competente para dele conhecer.
3. Pode contudo sobrestar na decisão para solicitar elementos ou esclarecimentos que entenda necessário realizar.
4. A realização de novas diligências de instrução será determinada à entidade que proferiu a decisão em recurso.
5. Das decisões do Conselho de Justiça é dado sempre conhecimento à Direção.
6. O Conselho de Justiça julga o recurso de facto e de direito, mas o julgamento de facto assenta na prova produzida no processo recorrido, sem prejuízo do disposto no ponto quatro do artigo 119º deste Regulamento.

TÍTULO ÚNICO HIERARQUIA E LIMITES MATERIAIS

ARTIGO 122º

(Hierarquia das normas)

Conforme o estabelecido no Regulamento Geral, designadamente no seu artigo 3º, as normas estatutárias da APP prevalecem sobre todas as demais e as normas do Regulamento Geral prevalecem sobre as dos demais regulamentos, quando se verificar qualquer sobreposição ou incompatibilidade entre as mesmas.

ARTIGO 123º

(Entrada em vigor e revogação das normas)

1. O presente Regulamento entra no dia 01 de setembro de 2017.
2. Com a sua entrada em vigor do presente Regulamento são revogadas todas as normas disciplinares que com ele estejam em oposição ou contradição, com ressalva do disposto no artigo 122º deste Regulamento.